

Moçambique

Julho 2008

Em direcção a um modelo de crescimento mais sustentável

- ⚡ A economia moçambicana continua a ser considerada pelos observadores internacionais como um caso de sucesso em países com experiências recentes de guerra. A adequada implementação de políticas de estabilização e o sucesso na pacificação do território têm sido os principais responsáveis pelo bom desempenho da economia. Adicionalmente, as entradas de investimento estrangeiro direccionado a grandes projectos de investimento e as ajudas dos doadores internacionais continuam a desempenhar um papel fundamental para o enquadramento favorável que tem caracterizado o país.
- ⚡ A redução da pobreza constitui uma das principais conquistas, menos 15 p.p. entre 1992 e 2005, sendo o decréscimo maior nas zonas rurais. Progressos recentes são visíveis também na melhoria da capacidade de gestão de desastres e catástrofes, nos indicadores de educação, saúde, e melhorias de acesso a água potável.
- ⚡ Os indicadores de clima de negócios (Doing Business e Economic Freedom) têm registado também progressos, ainda que seja preciso fazer mais a nível de combate à corrupção e na defesa dos direitos de propriedade. Mas, apesar dos obstáculos existentes, o interesse de capital estrangeiro pela economia de Moçambique tem sido bem visível na evolução dos projectos aprovados de IDE: 2007 foi o melhor ano desde a independência.
- ⚡ No plano económico, 2007 caracterizou-se por crescimento mais moderado e aumento da inflação, prevendo-se que o ritmo de expansão continue forte nos próximos anos, reflectindo a gradual entrada em funcionamento de uma segunda geração de grandes projectos (Moma, Moatize e Sasol). Em 2008 as condições externas adversas e a esperada quebra na produção da Mozal, poderão induzir algum abrandamento. Ao nível da inflação, as pressões são no sentido ascendente, reflexo do aumento do preço dos combustíveis e bens alimentares. Em termos políticos, destaca-se o adiamento das eleições provinciais, a remodelação governamental e as consequências adversas de fenómenos climatéricos e dos recentes distúrbios na África do Sul.
- ⚡ Os principais desafios mantêm-se, dada a desejada evolução para um modelo de crescimento mais sustentável: HIV/SIDA, melhor partição da riqueza, diversificação económica, redução da dependência dos grandes projectos e das ajudas internacionais e, finalmente, uma segunda vaga de reformas, ao nível das instituições, em particular do sistema judicial, são, provavelmente, os mais significativos.

Paula Carvalho

Email: paula.goncalves.carvalho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 87

Lara Cordovil Wemans

Email: lara.cabral.wemans@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 10 70



Imbondeiro - Moçambique

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rui Martins dos Santos

Director Geral

Cristina Casalinho
Paula Gonçalves Carvalho

Directora
SubDirectora

João Vítor Sousa
Lara Cordovil Wemans
Susana de Jesus Santos
Teresa Gil Pinheiro

ANÁLISE TÉCNICA

Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86

Fax: 351 21 353 56 94

Email: deef@bancobpi.pt

www.bancobpi.pt

www.bpilinvestimentos.pt/Research

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	04
DESENVOLVIMENTOS SÓCIO-POLÍTICOS RECENTES	05
ACTIVIDADE ECONÓMICA, PREÇOS E CONTAS EXTERNAS	09
POLÍTICAS ECONÓMICAS - AS CONTAS PÚBLICAS, A POLÍTICA MONETÁRIA E O METICAL	20
O SISTEMA FINANCEIRO E AS VARIÁVEIS MONETÁRIAS	25
CLIMA DE NEGÓCIOS E LIBERDADE ECONÓMICA - POSICIONAMENTO NA ESCALA INTERNACIONAL	28
PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2008 (PES 2008)	31

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Em 2007, o crescimento da actividade económica foi mais moderado que no ano anterior, reflexo do aumento do preço do petróleo e de uma queda nas exportações tradicionais. O PIB expandiu-se 7%, em termos anuais (8.5% no ano anterior). Entretanto, o encarecimento dos combustíveis e dos produtos alimentares justificou a interrupção da trajectória de desaceleração da taxa de inflação, que finalizou o ano em 12.1%. Para 2008 e 2009, a média das previsões aponta para um ligeiro abrandamento da actividade económica, fruto de um menor contributo do investimento e reflexo de oscilações esperadas nos preços dos principais produtos exportados, ainda que estes factores sejam parcialmente compensados pela progressiva entrada em funcionamento da segunda geração de grandes projectos - expansão da capacidade de produção na mina de areias pesadas de Moma, entrada em funcionamento das minas de carvão de Moatize, duplicação de exportações através do pipeline da Sasol, construção de um segundo pipeline para a África do Sul. A inflação média superará os objectivos das autoridades (5.7% em 2008 e 5.4% em 2009), ficando acima de 10%. O encarecimento dos combustíveis e dos preços dos produtos alimentares justifica esta evolução.

Em termos políticos, atrasos no processo de recenseamento eleitoral estiveram na base do adiamento das eleições regionais para Novembro deste ano, estando as eleições presidenciais e legislativas previstas para finais de 2009. No passado mês de Março ocorreu a primeira remodelação governamental significativa desde que o Presidente Armando Guebuza chegou ao poder, em 2005. No plano político e social merecem também relevo a resposta, considerada eficaz, dada pelas autoridades, perante a última época de chuvas e inundações, assim como o regresso forçado de cerca de 26 mil moçambicanos da África do Sul, na sequência da violência contra a população imigrante. Entretanto, a nível de evolução do clima de negócios e contexto de actuação da iniciativa privada, registaram-se progressos reconhecidos na melhoria do índice Doing Business (da posição 140ª para 134ª em 2008) e Economic Freedom (de 56 para 56.6). Melhorias na facilidade de implementação do negócio, aumento de protecção dos investidores e facilidade de implementação de contractos estiveram na base da melhor classificação. O Executivo tem desenvolvido esforços no sentido de tornar mais eficaz a luta contra a corrupção, perante a pressão de algumas instituições internacionais face à ausência de resultados visíveis nesta matéria. Ao nível das políticas económicas, destacamos o compromisso das autoridades moçambicanas com a introdução, durante o ano de 2008, da convertibilidade plena nas contas com o exterior e a decisão de passagem dos custos com a política monetária para o Ministério das Finanças (custo de intervenção nos mercados monetário e cambial actuando "contra" o mercado), reforçando a independência do banco central.

Riscos - Não obstante este quadro aparentemente positivo, a economia de Moçambique enfrenta ainda desafios muito significativos. A acentuada incidência do HIV/SIDA, uma das mais elevadas no continente Africano, coloca desafios sérios quer em termos demográficos, quer a nível económico. Adicionalmente, o facto de os ganhos obtidos através do crescimento económico não chegarem aos mais pobres, segundo as conclusões de entidades internacionais, justifica alguns receios dada a possibilidade de eclosão de conflitos e tensões sociais. Esta questão afecta sobretudo as regiões rurais, onde vive mais de 60% da população. No plano económico, o crescimento a duas velocidades, mais forte no sector capital intensivo e mais fraco nos sectores mão-de-obra intensivos, a excessiva dependência dos grandes projectos de investimento e das doações internacionais justifica também alguma cautela. De facto, excluindo os donativos internacionais e os megaprojectos, a economia moçambicana não tem ainda uma base de sustentação suficientemente forte e diversificada - a base industrial quase não existe e a actividade agrícola está ainda excessivamente dependente das intempéries climáticas. Neste contexto, dados os fracos níveis educacionais da população, é importante o dinamismo nos sectores mão-de-obra intensivos, numa primeira fase sobretudo agricultura e construção, de forma a melhorar o nível de vida das populações. Por outro lado, a médio prazo, antecipa-se a gradual redução das ajudas internacionais, sendo necessário até lá desenvolver um sector privado dinâmico e forte, reduzir a informalidade e em simultâneo aumentar a base tributável, de forma a ampliar a autonomia do Estado em termos de geração de receitas. Pelo que importa monitorar até que ponto o crescimento económico se tem vindo a diversificar e também verificar os resultados práticos das avultadas ajudas internacionais. Finalmente, ressalva-se que o plano de ajudas internacionais a Moçambique não deverá ser afectado pela hesitação que a cimeira do G8 deixou transparecer recentemente quanto à ajuda ao Continente Africano. De facto, o historial de cooperação com as entidades internacionais e os progressos alcançados são já suficientemente vastos para garantir a Moçambique um certo distanciamento deste processo.

1. DESENVOLVIMENTOS SOCIO-POLÍTICOS RECENTES

Desenvolvimentos Políticos Recentes

2007	Fevereiro	Grandes inundações afectam a zona central de Moçambique e um ciclone causa prejuízos extensos na região central e no Sul do país. O número de óbitos em consequência ascendeu a 70 e cerca de 400 mil pessoas foram deslocadas.
	Novembro	Governo decide adiar as eleições regionais, planeadas para Janeiro de 2008, até finais de 2009, depois de argumentação por parte das entidades responsáveis pela organização dos actos eleitorais e de grupos da sociedade civil, relativamente à impossibilidade de se organizarem eleições credíveis dentro do calendário inicialmente previsto.
2008	Dezembro / Janeiro	As mais recentes estimativas oficiais das cheias que se fizeram sentir na zona central de Moçambique desde finais de 2007 e do ciclone que abalou sobretudo as regiões do Norte, apontam para cerca de 7 mortes, 95 278 deslocados e 117 mil hectares de culturas destruídas.
	Fevereiro	Fortes convulsões e protestos nas ruas da capital, na sequência do anúncio de aumentos das tarifas de transportes públicos, com consequências graves (cerca de 15 mortes e 68 feridos graves). Para apaziguar os ânimos, o Governo decidiu conceder subsídios às operadoras privadas de transportes colectivos de Maputo e outras áreas urbanas.
	Maio	Acções de extrema violência contra imigrantes na África do Sul, causaram 30 mortos e implicaram a fuga de cerca de 37 mil refugiados moçambicanos, segundo a agência Reuters. Seguiu-se um pedido oficial de desculpas e o envio de ajudas e bens alimentares para distribuir entre a população afectada.

Fonte: EIU, Financial Times, Reuters.

...Cheias, inundações e convulsões

O território moçambicano é frequentemente assolado por intempéries de vária ordem, designadamente cheias e inundações e os últimos dois anos foram particularmente intensos neste capítulo. Este tipo de fenómenos é habitualmente recorrente, na medida em que um aumento pontual e significativo de pluviosidade num ano aumenta a probabilidade de registo de calamidades no ano seguinte devido, por um lado, a questões de aprovisionamento e segurança alimentar, à saturação dos solos e também à capacidade de encaixe das barragens. A época das chuvas de 2006-2007, para além de ter sido muito intensa foi também bastante tardia, potenciando o impacto negativo do último período de chuvas, entre Dezembro de 2007 e Março deste ano.

Tal como se antecipava, repetiram-se de novo situações de cheias e inundações, mas a implementação dos planos oficiais de contingência, a rápida resposta das autoridades e também dos doadores, agindo directamente no terreno, minimizaram as consequências. Os custos ainda não estão totalmente apurados mas as estimativas oficiais apontam para que haja cerca de 95 mil deslocados e 117 mil hectares de colheitas perdidas. O Plano de Contingência elaborado pelo Governo (Conselho Técnico de Gestão de Calamidades) antes desta época de chuvas previa custos totais de cerca de 824 milhões de meticais, cerca de 33.5 milhões de USD, no caso de um cenário intermédio, de acordo com a intensidade e gravidade dos fenómenos climáticos (cenário 3 incluía sismos, etc). Entretanto um forte ciclone atingiu a zona Norte de Moçambique, causando danos adicionais. As áreas mais afectadas foram as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Zambézia e Sofala. As organizações no terreno consideram que houve capacidade de resposta por parte das autoridades e que esta foi essencial para minimizar as perdas, não obstante discordâncias pontuais quanto à forma de intervenção e mesmo quanto à apreciação das consequências.

No plano social, salientam-se as convulsões e protestos de rua que ocorreram nos principais centros urbanos em Fevereiro último, os quais surgiram na sequência de uma decisão governamental de aumento das tarifas de transportes em 50%, decisão mais tarde revertida. O aumento do preço dos combustíveis (gasóleo cerca de 90%) terá também justificado a forte contestação, que esteve na origem nos primeiros distúrbios em Maputo desde 1994. Em resposta à contestação, as empresas de transportes privados que operam na capital sob regulamentação governamental negociaram com o Governo subsídios compensatórios que lhes permitiram recuar na decisão de aumento das tarifas. **Apesar de ultrapassado, este foco de violência e convulsão social fez recordar que o risco político é uma variável a ter em conta, sobretudo face à proximidade de vários actos eleitorais e também perante a inflação registada nos bens alimentares, bens que constituem uma parcela significativa do cabaz de consumo, sobretudo em populações mais carenciadas.** A destruição de colheitas durante a última época das chuvas contribuiu para as carências alimentares registadas internamente. Estima-se que as necessidades de importação de cereais para fazer face ao plano de emergência alimentar ascendam a cerca de 1.25 milhões de toneladas.

...Eleições e remodelação governamental

Atrasos no processo de recenseamento eleitoral justificaram a decisão de adiamento das eleições regionais, anteriormente planeadas para início de 2008. Na sequência desta decisão, prolongou-se o processo de recenseamento até ao final do primeiro trimestre de 2008, quando estavam registados nos cadernos eleitorais cerca de 8.2 milhões de inscritos, um número inferior aos 10 milhões previstos pelas autoridades. O calendário eleitoral actualmente estabelecido prevê as seguintes datas:

9 de Novembro de 2008 - Eleições provinciais (marcadas em Maio de 2008)

Dezembro de 2009 - Eleições Legislativas e Presidenciais

A nível político destacamos também, no passado mês de Março, a primeira remodelação governamental significativa desde que o Presidente Guebuza foi eleito, em 2005. Os Ministérios afectados e os novos responsáveis são os seguintes:

- ♦ Negócios Estrangeiros e Cooperação - Oldemiro Baloi, anterior membro do Conselho de Administração do Millenium- Banco Internacional de Moçambique (BIM) e ex-Ministro da Indústria, Comércio e Turismo no Governo de Joaquim Chissano.
- ♦ Justiça - Maria Benvinda Levi, antiga directora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.
- ♦ Transportes e Comunicações - Paulo Zucula, anterior director do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades;
- ♦ Acção Ambiental - Alcinda Abreu, ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

...Reversão da posse de Cahora Bassa

A barragem de Cahora Bassa situa-se no Rio Zambeze, na província de Tete. A sua albufeira é a quarta maior de África (depois de Assuan, Volta e Kariba), com uma extensão máxima de 270 km em comprimento e 38 km de afastamento entre margens, ocupando cerca de 2985 km². É ainda a maior barragem em volume de betão construída em África, com uma capacidade máxima de retenção de água de aproximadamente 60 mil milhões de metros cúbicos. É actualmente o maior produtor de electricidade em Moçambique, com capacidade instalada de 2075 megawatts.

As obras de construção da barragem e infra-estruturas de transmissão, integralmente financiadas sob a égide do Governo Português, terminaram em 1974, um ano antes da Independência de Moçambique. Durante o período de instabilidade interna que se iniciou pouco a seguir, as exportações de energia cessaram em consequência da sabotagem sistemática e da impossibilidade de acesso para efectuar reparações à linha de transmissão que liga a barragem à África do Sul (com uma extensão aproximada de 1.500 km).

Apenas a partir de 1998, na sequência do fim da instabilidade interna em 1992 e do processo de reabilitação da linha de transmissão à África do Sul (com uma capacidade de 1920 MW) e da construção de uma linha de ligação ao Zimbabué, com uma capacidade efectiva de 500 MW (a qual, para além de servir o Zimbabué, constitui uma alternativa à rede sul-africana para ligação da HCB à rede eléctrica da África Austral), a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) conseguiu retomar níveis de produção em linha com a sua capacidade instalada. A HCB também detém direitos exclusivos sobre as duas linhas de corrente alternada que ligam a barragem ao norte de Moçambique, na região do Matambo. Em 2006, a HCB gerou exportações de mais de USD 170 milhões.

Em Novembro de 2006, os Governos de Portugal e Moçambique assinaram o Protocolo que enquadrou a efectiva tomada pelo Governo de Moçambique de uma posição maioritária de 85% na HCB (ficando o restante capital na posse do Estado Português), o que veio a concretizar-se no final de Novembro de 2007.

Nos termos do referido Protocolo, o Estado Português recebeu um valor total de USD 950 milhões, dos quais USD 250 milhões da própria HCB, a título de reembolso parcial de dívida àquele accionista. O remanescente foi pago directamente pelo Governo Moçambicano ao Estado Português e foi financiado através de um empréstimo internacional contratado junto do consórcio liderado pelo Calyon e Banco BPI. O empréstimo é amortizável num prazo máximo de 10 anos, sendo o seu reembolso assegurado com base nas receitas de venda da energia gerada pela HCB, garantindo dessa forma que o serviço da dívida não terá origem no Orçamento de Estado.

Ao longo dos últimos anos, a HCB realizou investimentos avultados na recuperação da sua central de geração de energia, com o objectivo de maximizar o nível de produção da infra-estrutura (máximo de 16 mil gigawatts hora, praticamente atingido em 2007), por forma a permitir satisfazer os elevados níveis de procura na Região da África Austral, inclusive a nível doméstico, onde a HCB garante 80% do abastecimento à rede da Electricidade de Moçambique, e de exportação de energia para a África do Sul (que enfrenta desde 2007 cortes sistemáticos de energia eléctrica), bem como para o Zimbabué e o Botswana. Adicionalmente, decorrem entre a Electricidade de Moçambique e a Eskom Malawi negociações relativas à construção de uma linha de transmissão que permita à HCB abastecer directamente o Malawi.

Moçambique tem um potencial hidroeléctrico na ordem dos 12500 MW (contra apenas cerca de 2200 MW actualmente aproveitados), correspondentes a uma produção anual de perto de 60 mil gigawatts hora, 80% dos quais concentrados na Bacia do Rio Zambeze.

...outras questões

Algumas resoluções do Conselho de Ministros desde Dezembro de 2007

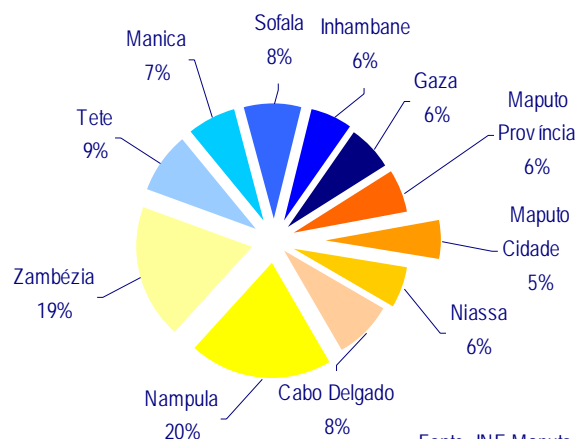
18-Dez-07	Aprovou os seguintes Decretos: de criação do Conselho das Zonas Económicas Especiais (CZEE), com o objectivo de estabelecer critérios para a definição das zonas económicas especiais e zonas francas industriais bem como as respectivas localizações geográficas; cria o Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA), órgão que deverá promover e coordenar todas as acções relacionadas com a criação, desenvolvimento e gestão das Zonas Económicas Especiais. Aprovou informações sobre os projectos de Mphanda Nkuwa e Central Térmica de Moatize .
12-Fev-08	Balanço do Plano Económico e Social 2007 (PES). Resolução que declara a Zona Económica Especial de Nacala , integrando os distritos de Nacala-à-Velha e Nacala Porto. Aprovação do decreto para simplificação do licenciamento das actividades económicas, tendo em vista imprimir maior dinâmica e eficiência na administração pública e tornar flexível o início da actividade empresarial. Aprovou estratégia para a melhoria do ambiente de negócios .
19-Fev-08	Aprovou Regulamento do Imposto sobre a Produção de Petróleo, que se aplica a todos os titulares do direito de exercício de operações petrolíferas em território nacional (incluindo zonas marítimas). Apreciou processo em curso de fixação de salários mínimos por sectores.
26-Fev-08	Aprovou Códigos do IVA, IRS e IRC .
18-Mar-08	Ratificação do acordo de crédito entre o Governo de Moçambique e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), no montante de USD 60 milhões destinado ao financiamento do Programa de Apoio à Redução da Pobreza (PARPA).
01-Abr-08	Aprovados novos Bilhete de Identidade, Passaporte e novo Visto e Documento de Identificação de Residência dos Estrangeiros (DIRE) .

Fonte: Portal do Governo de Moçambique.

1.1. Os primeiros resultados do Censo de 2007

No final de 2007 foram divulgados os resultados preliminares do Censo realizado em Agosto do mesmo ano, resumidos nos quadros seguintes. De acordo com as conclusões do Censo, a população total de Moçambique estima-se em cerca de 20.53 milhões de pessoas, tendo aumentado 27.7% relativamente a 1997, quando se efectuara o censo anterior. A população na cidade de Maputo ascende aproximadamente a 1.26 milhões, cerca de 5% da população total do país, tendo aumentado 11.3% na última década. Para além da cidade de Maputo, onde a densidade demográfica é muitíssimo elevada, as províncias com mais população por km² são Nampula, Maputo (Província) e Zambézia. A variação apurada poderá estar sobrestimada pelo eventual apuramento, menos rigoroso, do anterior censo populacional. No entanto, a pacificação do território e a melhoria relativa do nível de vida das populações, terão também justificado este crescimento demográfico elevado.

População por regiões em 2007



Fonte: INE Maputo.

Evolução da População Total, Segundo Províncias 1997 e 2007

Províncias	População		Variação 1997-2007
	1997	2007	
Total	16,075,708	20,530,714	27.7
Niassa	808,572	1,178,117	45.7
Cabo Delgado	1,380,202	1,632,809	18.3
Nampula	3,063,456	4,076,642	33.1
Zambézia	3,096,400	3,892,854	25.7
Tete	1,226,008	1,832,339	49.5
Manica	1,039,463	1,418,927	36.5
Sofala	1,368,671	1,654,163	20.9
Inhambane	1,157,182	1,267,035	9.5
Gaza	1,116,903	1,219,013	9.1
Maputo Província	830,908	1,259,713	51.6
Maputo Cidade	987,943	1,099,102	11.3

Fonte: INE, Maputo.

Densidade Demográfica, 2007

Províncias	Superfície (em Km ²)	População	Densidade (Hab./Km ²)
Total	799.38	20.530.714	25,68
Niassa	129.056	1.178.117	9,13
Cabo Delgado	82.625	1.632.809	19,76
Nampula	81.606	4.076.642	49,96
Zambézia	105.008	3.892.854	37,07
Tete	100.724	1.832.339	18,19
Manica	61.661	1.418.927	23,01
Sofala	68.018	1.654.163	24,32
Inhambane	68.615	1.267.035	18,47
Gaza	75.709	1.219.013	16,10
Maputo	26.058	1.259.713	48,34
Maputo Cidade	300	1.099.102	3.663,67

Fonte: INE, Maputo.

2. ACTIVIDADE ECONÓMICA, PREÇOS & CONTAS EXTERNAS

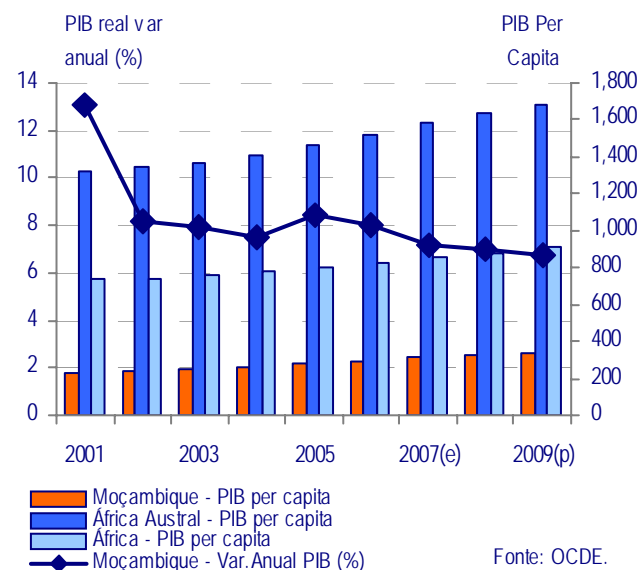
A economia moçambicana continua a ser considerada pelos observadores internacionais como um bom exemplo de sucesso em países com experiências recentes de conflito armado. A implementação adequada de políticas de estabilização e o sucesso na pacificação do território têm sido, em parte, responsáveis pelo bom desempenho da economia. Adicionalmente, as entradas de investimento estrangeiro direccionado a grandes projectos e as ajudas dos doadores internacionais desempenham também um papel fundamental para o enquadramento favorável que tem caracterizado o país. Se é um facto que ambos os factores mencionados comportam riscos, que devem ser reconhecidos, também é certo que constituem uma oportunidade única para o país, desde que convenientemente geridos e aproveitados. Os primeiros contribuem directamente para a economia nacional, criando estruturas produtivas, gerando postos de trabalho e favorecendo o surgimento de dinâmicas positivas a montante e a jusante dos empreendimentos. Relativamente ao contributo dos doadores, se encarado como um recurso finito, do qual se deve tirar partido sempre com o objectivo de conferir sustentabilidade ao crescimento a médio/longo prazo, este também se revela fundamental, não só pelo impacto directo sobre a actividade económica, mas também porque surge enquadrado numa lógica de acompanhamento por instituições internacionais com conhecimentos comprovados neste tipo de situações.

O sucesso do caso moçambicano é visível quando se analisa a evolução da riqueza média por habitante que, desde início da década, cresceu proporcionalmente mais que em toda a África. Não obstante, em termos absolutos, o nível de vida permanece comparativamente baixo e os níveis de pobreza são elevados: em 2007, cada moçambicano auferia, em média, 310 dólares por ano (preços constantes de 2000), cerca de 1/5 da riqueza média por habitante na África Austral e menos de 40% da média de África.

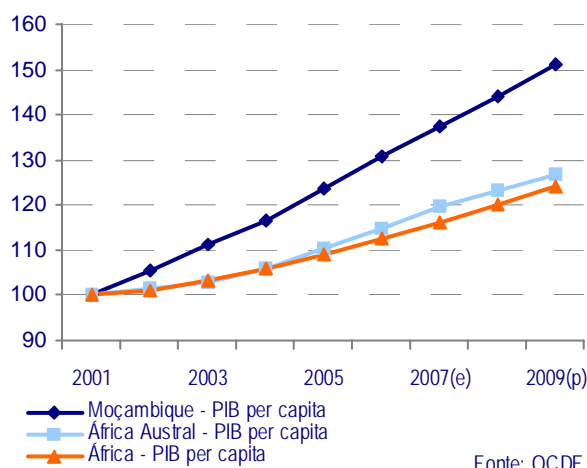
2.1 A economia em 2007

A economia cresceu 7% em 2007, desacelerando face a 8.5% revistos em alta, no ano anterior, de acordo com a segunda estimativa do INE, divulgada em Julho deste ano. Refira-se que a previsão oficial apontava para um crescimento real do PIB de 7.2%, próximo da estimativa do INE. A economia conseguiu alcançar este forte ritmo de crescimento não obstante uma época particularmente intensa e danosa de chuvas, inundações e ciclones, que afectaram o país nos primeiros meses do ano. Apesar deste bom desempenho no ano de 2007, **as primeiras estimativas para o comportamento da economia em 2008 apontam para uma desaceleração: no 1T08, o PIB cresceu apenas 3.5% y/y (contrastando com 10% no 4T07).** Este forte abrandamento, segundo o INE, ficou a dever-se à queda da actividade na indústria transformadora (-9%), electricidade e água (-10.4%), possivelmente devido à ocorrência de intempéries, inundações e cortes de energia eléctrica. De facto, os restantes sectores demonstraram um dinamismo acentuado: o sector primário cresceu 8.1%, impulsionado pela indústria extractiva (+12.6%) e agricultura (8%); o sector terciário cresceu também 8%, salientando-se os serviços de transportes e comunicações, hotéis e restaurantes e serviços financeiros.

Crescimento Económico



PIB per capita, USD pr constantes 2000 (2000=100)



Produto Interno Bruto, Óptica da Produção - Taxas de variação, preços constantes de 2003

	2002	2003	2004	2005	2006 ¹⁾	2007 ²⁾	
	tvh	tvh	tvh	tvh	tvh	tvh	Contributo
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	10.0%	7.1%	5.1%	6.9%	10.4%	5.9%	1.4%
Pesca, aquacultura e serviços relacionados	1.1%	8.6%	0.2%	0.9%	17.9%	15.3%	0.3%
Indústrias extractivas	28.6%	16.1%	71.7%	0.6%	4.6%	4.3%	0.0%
Manufatura	8.7%	17.0%	13.2%	2.1%	6.0%	3.5%	0.5%
Electricidade e água ¹⁾	10.4%	10.0%	16.3%	17.2%	13.1%	10.3%	0.6%
Construção	10.8%	9.7%	-7.0%	13.2%	18.1%	21.9%	0.8%
Comércio e Serv. Reparação	4.6%	6.6%	7.1%	12.1%	9.8%	9.1%	1.0%
Alojamento	5.2%	5.9%	3.1%	13.6%	13.2%	11.6%	0.2%
Transportes e comunicações	8.4%	2.9%	9.6%	7.9%	9.3%	14.4%	1.5%
Actividades financeiras	15.8%	10.5%	25.2%	49.4%	11.1%	11.7%	0.7%
Activid. Imob. Aluguer e serviços prestados às empresas	0.7%	1.1%	5.9%	1.3%	1.1%	0.3%	0.0%
Administ. Pública, defesa e segurança social obrigatória	7.4%	4.8%	4.6%	6.9%	11.2%	7.8%	0.3%
Educação	4.7%	8.4%	11.7%	11.9%	8.3%	13.1%	0.5%
Saúde e acção social	5.6%	5.8%	7.5%	7.1%	9.6%	7.7%	0.1%
Outras activid. serviços colectivos	3.3%	2.4%	2.4%	2.4%	2.4%	0.5%	0.0%
Valor Acrescentado, preços de base	8.0%	7.2%	8.5%	8.7%	9.0%	7.9%	-
Produto Interno Bruto (PIBpm)	9.7%	6.5%	7.9%	8.4%	8.5%	7.3%	-

Fonte: INE Moçambique, BBPI.

Nota: ¹⁾ Estimativas provisórias (estimativas preliminares revistas).

²⁾ Previsões baseadas nas estimativas trimestrais.

Produto Interno Bruto, óptica da produção - Estrutura produtiva - Preços Correntes (10⁶ MT)

	2000		2006	
	10 ⁶ MT	Peso	10 ⁶ MT	Peso
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	12,322	18.8%	41,721	23.6%
Manufatura	6,987	10.6%	26,233	14.8%
Comércio e Serv. Reparação	12,494	19.0%	21,327	12.1%
Transportes e comunicações	6,087	9.3%	16,077	9.1%
Activid. Imob. Aluguer e serviços prestados às empresas	1,530	2.3%	11,647	6.6%
Electricidade e água ¹⁾	1,739	2.6%	9,579	5.4%
Actividades financeiras	2,325	3.5%	8,355	4.7%
Administ. Pública, defesa e segurança social obrigatória	2,107	3.2%	6,640	3.8%
Educação	1,599	2.4%	6,522	3.7%
Construção	5,087	7.8%	5,356	3.0%
Outras activid. serviços colectivos	2,839	4.3%	3,068	1.7%
Pesca, aquacultura e serviços relacionados	1,382	2.1%	2,830	1.6%
Alojamento	746	1.1%	2,692	1.5%
Saúde e acção social	617	0.9%	2,241	1.3%
Indústrias extractivas	182	0.3%	1,709	1.0%
SIFIM	-965	-1.5%	-4,732	-2.7%
Valor Acrescentado, preços de base	58,042	88.4%	165,998	93.9%
Impostos sobre os Produtos	8,554	13.0%	15,538	8.8%
Produto Interno Bruto (PIBpm)	65,631	100.0%	176,804	100.0%

Fonte: INE Moçambique, BBPI.

Nota: ¹⁾ Estimativas provisórias (estimativas preliminares revistas).

Durante o ano de 2007¹, os sectores que mais contribuíram para o crescimento foram os transportes e comunicações (1.5 p.p.), agricultura, produção animal, caça e suinicultura (1.4 p.p.), comércio (1 p.p.), construção (0.8 p.p.) e actividades financeiras (0.7 p.p.). Em termos de peso na actividade económica, depois do sector agrícola, a manufatura (onde se enquadra a indústria transformadora, incluindo o

¹⁾A análise referente aos dados sectoriais do PIB em 2007 foi elaborada com base na informação preliminar do INE, divulgada em Março de 2008.

complexo industrial Mozal) continua a ter um peso significativo - 14.8% do PIB - apesar do contributo modesto para o crescimento em 2007 (apenas 0.5 p.p.). Dentro do sector agrícola, destacou-se a actividade de criação de gado, que cresceu 33.5%, reflectindo o sucesso dos programas de estímulo a esta actividade.

O sector da Construção foi o que mais cresceu em 2007, 21.9%, mantendo um comportamento bastante dinâmico, à semelhança dos dois anos anteriores. Em 2008, a actividade de construção deverá continuar a crescer a bom ritmo, reflexo dos trabalhos de criação e reabilitação de infra-estruturas. Em contrapartida, o sector agrícola, apesar de ter tido um contributo importante para o PIB, foi um dos que menos cresceu: 5.9%. No entanto, o peso no PIB é significativo (cerca de 23%) contribuindo com 9% das exportações e empregando cerca de 78% da população economicamente activa, segundo o INE.

....O sector agrícola

As estimativas oficiais de crescimento do sector agrícola em 2007 apontam para um aumento da produção de 8.1% no sector familiar, de pequena exploração, e para 11% no segmento de explorações de maior dimensão, sobretudo dedicadas à comercialização. De entre as culturas com maior expansão destacam-se a castanha de caju e a cana-de-açúcar, entre os produtos para exportação, com origem nas explorações comerciais. Relativamente aos produtos básicos alimentares, onde se observou um crescimento acentuado na produção resultante de ambas as formas de cultura, destaca-se o crescimento das culturas hortícolas (como a cebola) nas explorações de maior dimensão. Já os produtos para a indústria - tabaco e tomate - registaram um fraco crescimento.

Produção agrícola em 2007

(Taxas de crescimento em %)

	Sector Familiar	Programa Comercial
Prod. de Exportação	-13.3	-19.8
Castanha	18.4	18.4
Algodão	-40.8	-40.7
Cana de açúcar	-1.6	50.0
Citrinos	5.5	0.0
Chá em folha	10.4	n/a
Prod. Bás. Alimentares	27.7	33.3
Milho	10.6	13.0
Arroz casca	15.0	20.0
Mapira	32.3	35.6
Mandioca	13.3	16.9
Amendoim descascado	66.9	68.7
Feijão	-16.4	-17.1
Hortícolas	87.0	136.9
Cebola	88.1	315.9
Prod. para a indústria	-0.6	-1.1
Tabaco	-1.3	-1.4
Tomate	0.9	2.1
Total Prod. Agrícola	8.1	11.0

Fonte: EIU.

Produção Agrícola do sector familiar (toneladas)

	Área (Milhares ha)		Produção (Milhares ton)		Variação	
	2006/2007	2007/2008	2006/2007	2007/2008	Área	Produção
Milho	1,505	1,546	1,579	1,709	2.7%	8.2%
Mapira	558	569	348	380	2.0%	9.2%
Mexoeira	101	104	45	53	3.0%	17.8%
Arroz (casca)	204	210	196	213	2.9%	8.7%
Total cereais	2,368	2,429	2,168	2,355	2.6%	8.6%
Feijões	471	481	225	255	2.1%	13.3%
Amendoim	323	330	141	155	2.2%	9.9%
Total Leguminosas	794	811	366	410	2.1%	12.0%
Mandioca	1,150	1,173	8,160	8,847	2.0%	8.4%
Total	4,312	4,413	-	-	2.3%	-

Fonte: Ministério do Planeamento e Desenvolvimento.

De salientar também o declínio da produção de algodão - de 122 mil toneladas em 2006 para 90 mil toneladas em 2007 - devido a factores climáticos. Em contrapartida, a produção de açúcar registou um acentuado crescimento nos últimos anos, cerca de 60% ao ano, segundo a OCDE. Investimento sul-africano e das Ilhas Maurícias, ascendendo a cerca de USD 300 milhões para a reabilitação e reconstrução de 4 complexos agro-industriais de processamento de cana-de-açúcar nas províncias de Maputo e Sofala, permitiu que Moçambique se tornasse um exportador líquido de açúcar refinado. Esta indústria emprega cerca de 26 mil trabalhadores e é considerada um catalisador de desenvolvimento das

áreas rurais. Para 2008, o Governo prevê um aumento de 16.5% da área cultivada de cana-de-açúcar e o aumento da produção de açúcar refinado em cerca de 36.2%. Refira-se ainda que, neste capítulo, Moçambique beneficiará de um maior acesso aos mercados internacionais, designadamente aos países da União Europeia, onde terá acesso sem restrições devido à iniciativa Everything But Arms (EBA). Note-se que os preços praticados na UE estão fixados bem acima dos praticados nos mercados internacionais, pelo que este é um mercado bastante atraente.

Relativamente à campanha de 2007/2008, segundo o PES 2008, o Governo antecipa uma expansão de cerca de 8% da produção de cereais e leguminosas, reflexo do aumento em cerca de 2% da área cultivada e também de um aumento da produtividade. Para tal será

importante o aumento do uso da tracção animal e a melhoria nas técnicas agrícolas implementadas. Entretanto, em meados de Junho, foi aprovado um plano de 3 anos para o sector agrícola, para o triénio 2009-2011. **O Governo pretende aumentar a dotação orçamental ao Ministério da Agricultura progressivamente, ao longo do período, de 4% para 10% e tomar medidas para incentivar a produção e reduzir o défice de cereais causado pelas cheias (cerca de 1.25 milhões de toneladas de milho, trigo e arroz).** Para além do aumento e da diversificação da produção de cereais, a estratégia a implementar no sector agrícola passa também pela intensificação do uso de fertilizantes, desenvolvimento de sistemas de rega e pelo treino de técnicos locais, especialistas no sector.

Refira-se, no entanto, que **as perspectivas para o sector agrícola são incertas e muito dependerá da efectiva capacidade de actuação no terreno**, implementando os planos elaborados. De facto, no início da época de colheitas 2007/2008 verificou-se falta de sementes, sobretudo no Sul do país; além de que as recentes cheias e inundações contribuirão para limitar a área cultivável.

Finalmente, refira-se a existência de projectos vários para a produção de bio-combustíveis. Segundo a OCDE, o potencial de produção rondará 40 milhões de litros de bio-diesel e 21 milhões de litros de bio-etanol, por ano. Ricínio, palma e coco poderão ser utilizados para produção de bio-diesel e cana-de-açúcar, milho e mandioca para o bio-etanol.

...O sector industrial e extractivo

O peso do **sector industrial** aumentou significativamente nos últimos 10 anos devido sobretudo ao complexo industrial da Mozal, uma fundição de alumínio criada com investimento sul-africano e australiano, que permitiu ao país tornar-se num dos maiores exportadores mundiais de alumínio. A Mozal contribui com 65.9% para o produto industrial do país, segundo o PES 2008. Outras indústrias capital-intensivas como cimentos, bebidas e processamento de tabaco também registaram um comportamento favorável.

O **sector extractivo** deverá registar um forte ritmo de crescimento este ano, pois será o primeiro ano completo de funcionamento das **minas de titânio** de Moma. A extracção começou em Setembro de 2007 e as primeiras exportações ascenderam a 23 mil toneladas de ilmenite. Na mina de Moma existem reservas de minerais de titânio, como ilmenite (101 milhões de toneladas), rutilo (2,7 milhões de toneladas) e zircão (7,8 milhões de toneladas), essenciais para o fabrico de papel, plástico, tinta e outros materiais.

Na sua máxima capacidade de produção, estão previstas produções anuais de 700 mil toneladas de ilmenite, 17 mil de rutilo e 60 mil toneladas de zircão. Estima-se que, em plena fase de produção, este complexo forneça cerca de 6% das necessidades mundiais destes minerais de titânio.

Têm ocorrido também movimentações diversas no sector do carvão, pois as reservas inexploradas existentes em Moçambique, designadamente em Tete, segundo a OCDE, são consideradas as maiores do mundo: têm reservas comprovadas de 70 milhões de toneladas de carvão do coque. Nesta região, está em fase de implementação o projecto Moatize, que deverá produzir 26 milhões de toneladas/ano a partir de 2010. Recentemente o grupo brasileiro, Companhia Vale do Rio Doce, chegou a acordo com o Governo moçambicano para a exploração das minas de Moatize, destinando-se o carvão produzido a alimentar o complexo industrial que o grupo detém no Brasil. Para além desta empresa brasileira, vários outros grupos de origem indiana, australiana e japonesa têm vindo a posicionar-se neste sector, pois o carvão voltou a ganhar apelativos como fonte energética.

...Construção e Transportes

Os sectores da construção, transportes e comunicações foram muito dinâmicos em 2007 e antecipa-se que continuem bastante activos nos próximos anos. A construção continuará impulsionada pela actividade de reconstrução e criação de novas infra-estruturas, financiada por doadores internacionais - por exemplo, o Banco Mundial tem vários projectos abertos no sentido de reconstrução de estradas. De destacar também o avanço na construção do designado corredor de areias do projecto das minas de titânio de Moma.

O aumento e potenciação da rede de infra-estruturas é fundamental para o desenvolvimento económico e combate à pobreza. Em particular, é fundamental também a construção de barragens não só por uma questão de geração de electricidade como também de gestão da água

para a agricultura, impulsionando a actividade de construção a médio prazo. Refira-se o acordo recente entre as autoridades moçambicanas e o BAD - Banco Africano para o Desenvolvimento, para a construção, a partir de meados de 2009, de redes de distribuição de água e saneamento que incluirão a construção de obras hidráulicas de grande vulto. O financiamento destes projectos ascende a cerca de 40 milhões de USD, por um período de 5 anos.

O sector dos transportes e comunicações tem beneficiado de investimento público e privado em portos, ferrovias, rodovias, aeroportos, estradas e telefonia móvel, antecipando a OCDE um crescimento de 22% em 2008. Em particular, segundo o PES 2008, antecipa-se que 150 novos autocarros entrem em circulação ligando os diversos pontos do país, novas rotas de tráfego aéreo serão inauguradas e os serviços de comunicações continuarão a expandir-se (M-cel e a sul-africana Vodacom dominam).

...Electricidade e Água

Segundo o P.E.S. 2008, a produção de energia e água registará um crescimento de 2.9%, onde a produção de energia eléctrica a partir da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e Electricidade de Moçambique atingirá um crescimento de 3%, impulsionado pelo consumo de energia eléctrica nos sistemas eléctricos das sedes distritais electrificadas. Refira-se que Moçambique é um dos maiores produtores de electricidade da SADC. No entanto, Moçambique sub-utiliza a sua capacidade de produção de energia, pelo que apenas 6.3% da sua população tem acesso a energia eléctrica (que compara com 27% nos países da SADC) sendo 90% do consumo energético derivado da biomassa (essencialmente combustíveis renováveis, madeira e carvão).

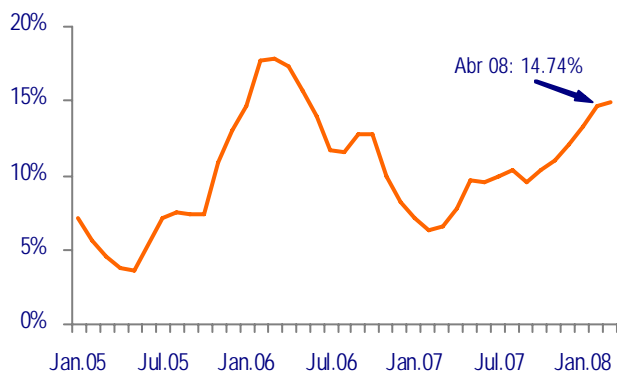
2.1.1 O Investimento estrangeiro

Em 2007 foram aprovados 187 projectos de investimento estrangeiro (IDE) totalizando USD 7.5 mil milhões, com um potencial de geração de cerca de 20 mil postos de trabalho, segundo informação da OCDE. Este foi o melhor ano a este nível desde a independência, superando o ano do projecto da Mozal (USD 2 mil milhões) ou do projecto de gás natural da Sasol (USD 1.3 mil milhões). **Os maiores volumes de IDE destinaram-se aos sectores de minério (Moatize), indústria, turismo, serviços, agricultura e agro-indústria.** As províncias de Nampula, Tete, Sofala e Gaza receberam o maior número de projectos, sendo o IDE originário de 34 países diferentes, com destaque para: EUA, Suíça, Ilhas Maurícias, África do Sul, Reino Unido, China, Portugal, Tanzânia, Espanha e Canadá.

2.2 Inflação

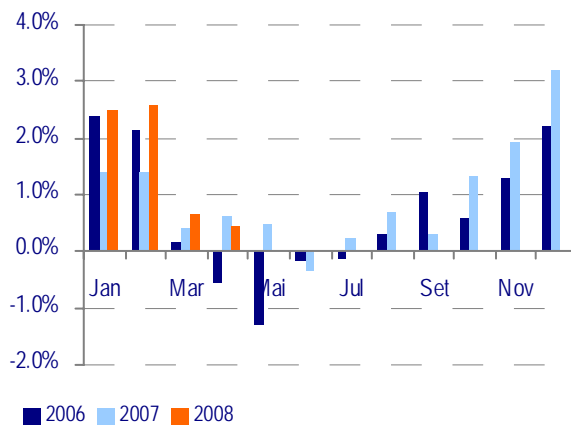
A taxa de inflação regista uma tendência de aceleração, que se tornou mais evidente desde meados do ano passado. De facto, é possível observar graficamente que os acréscimos mensais do IPC registados desde Julho do ano passado têm sido sucessivamente maiores que os observados no período homólogo, tendência que se intensificou em inícios de 2008.

Inflação (Taxa de Var. Homóloga)



Fonte: INE Maputo.

Inflação (Taxas de Var. em cadeia)



Fonte: INE Maputo.

Em Dezembro de 2007, a taxa de inflação homóloga situou-se em 12.1% enquanto em termos médios se quedava pelos 9.2%, também com franca tendência de subida. Segundo o INE de Maputo, para este aumento do IPC contribuíram sobretudo os bens agrupados na rubrica "Alimentação e bebidas não alcoólicas", contribuindo com um total de inflação acumulada de 8.99 pontos percentuais.

Durante o primeiro trimestre de 2008, o índice de preços registou uma variação acumulada de 5.81%. Para além da rubrica da "Alimentação e bebidas não alcoólicas", o aumento dos preços da classe da "Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis" justificou também o aumento da inflação, contribuindo com 4.08 e 1.16 p.p., respectivamente, para a variação acumulada trimestral. Durante este período, destacou-se o aumento do preço dos seguintes itens: tomate, carvão vegetal, pão de trigo, petróleo para iluminação, farinha de milho, peixe fresco e couve, que contribuíram com 3.70 para a inflação acumulada. Refira-se que, em termos homólogos, a inflação alcançou 14.74% em Abril de 2008. A inflação acumulada em Abril de 2008 situou-se em 6.28%. A rubrica da alimentação e bebidas não alcoólicas contribuiu no total da inflação acumulada com 4.40 pontos percentuais.

O Governo e as empresas locais ligadas ao sector da panificação têm desenvolvido esforços no sentido de minorar o impacto do aumento dos preços dos cereais, que se faz sentir a nível internacional, no orçamento e no poder de compra da população. Neste contexto, tem-se discutido a possibilidade de alterar a composição do pão, substituindo parcialmente o trigo, que não é produzido localmente, por mandioca e painço (milho miúdo), por forma a minorar os aumentos de preços daquele bem essencial para as camadas de população mais pobres. A introdução da cultura de trigo local seria outra possibilidade, mas os efeitos só seriam visíveis a longo prazo. Refira-se que estas medidas, designadamente a alteração da composição do pão, estão a ser seguidas também por outros países africanos de forma a minimizar o impacto da escalada dos preços dos cereais.

2.3 Previsões Económicas

	PIB				Inflação				BTC (% do PIB)			USD/MZM (média)		
	2007	2008	2009	2013	2007	2008	2009	2013	2007	2008	2009	2007	2008	2009
OCDE	7.2	7.0	6.8	-	7.9	7.1	5.3	-	-7.6	-8.6	-9.8	23.1	25.4	25.8
FMI	7.3	7.0	7.0	6.5	8.2	7.3	5.4	5.0	-6.3	-7.6	-7.7	25.7	-	-
EIU	7.3	7.3	7.1	-	8.2	10.5	9.7	-	-9.2	-9.2	-9.6	25.8	24.1	25.3
Governo	7.0	7.0	7.0	-	5.9	5.7	5.4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: African Economic Outlook (OCDE); Country Report Junho 2008 (FMI), EIU, Plano Económico e Social 2008 (Governo Moçambicano).

O cenário macroeconómico avançado pela OCDE, FMI e EIU (Economist Intelligence Unit) é relativamente consensual: Moçambique deverá registar um crescimento económico sustentado em torno dos 7% no biénio 2008-2009, impulsionado pelo clima macroeconómico estável e pelo suporte dos doadores internacionais. O crescimento será partilhado por todos os sectores de actividade económica. Entretanto, a economia deverá beneficiar de uma segunda vaga (ou segunda geração) de projectos de envergadura (megaprojectos), concretamente as minas de carvão Moatize na província de Tete, a duplicação de exportações de gás através do gasoduto da Sasol, e a construção de uma segunda estrutura para a África do Sul. A agricultura continuará a beneficiar do crescimento das culturas destinadas à alimentação e da expansão do sector comercial e dos circuitos para exportação, ainda que a produção oscile muito consoante as condições climáticas. Culturas importantes como o tabaco, açúcar e algodão continuarão a beneficiar do forte investimento dos últimos anos. Os serviços, que representavam cerca de 50% do PIB em 2005, deverão beneficiar do crescimento da procura doméstica e do aumento de empresas fornecedoras de serviços destinados às empresas. O sector dos transportes e comunicações continuará a beneficiar do investimento privado em portos, caminhos-de-ferro, estradas e telefones móveis.

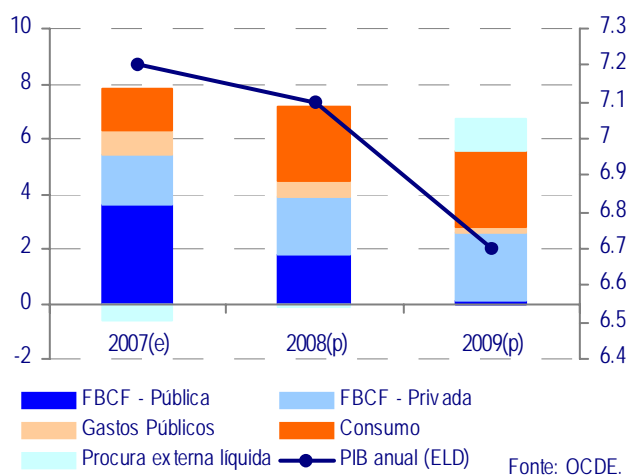
Apesar do crescimento significativo ao longo da última década, cerca de 8.2% ao ano, o dinamismo não é homogéneo entre todos os sectores de actividade, receando-se que a economia esteja a evoluir a duas velocidades. Os sectores capital-intensivos, sobretudo os megaprojectos, estão a crescer a um ritmo significativo, suportados também pelo forte influxo de investimento directo estrangeiro. No entanto, os sectores mais trabalho intensivos, aqueles que maior impacto teriam na redução dos níveis de pobreza da população, registam ainda pouca animação. O clima de negócios, pouco propício à iniciativa privada ainda que com tendência de melhoria, os índices elevados

de regulamentação, a existência de corrupção e o funcionamento fraco das instituições do Estado, geram uma estrutura de custos elevados, funcionando na prática como barreiras à entrada. Estes projectos também tendem a atrair mais investidores locais, que enfrentam uma base de poupança diminuta e dificuldade de acesso ao crédito.

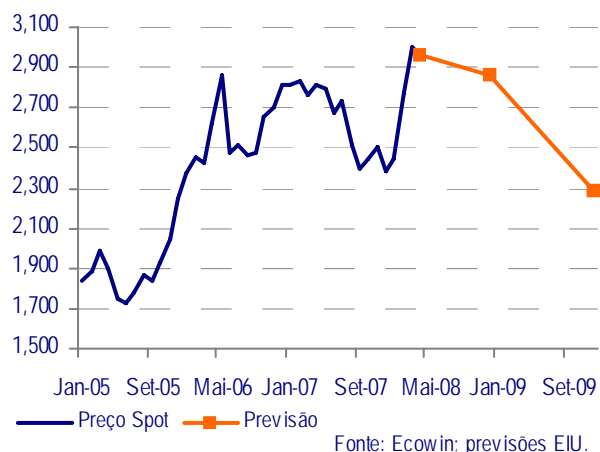
...Na óptica da procura

Em 2007, o investimento desempenhou um papel fundamental, para o PIB, como é visível graficamente: o investimento privado e público contribuíram com mais de 5 pontos percentuais para o crescimento. Espera-se que o contributo desta componente permaneça elevado, dada a entrada de avultados meios sobre a forma de IDE destinados aos sectores extractivo e à indústria. No entanto, a previsão da OCDE é que este contributo seja decrescente ao longo do tempo, com um menor contributo do investimento público e uma maior actuação do sector privado. A evolução do investimento público, nomeadamente o seu forte contributo em 2007, estará sobretudo relacionada com a participação dos doadores internacionais directamente na construção de infra-estruturas. Os gastos públicos deverão continuar a contribuir favoravelmente para o PIB, sobretudo porque o Governo tenciona contratar 12 mil professores e 5 mil trabalhadores do sector da saúde (médicos e enfermeiros, entre outros) segundo a OCDE. O consumo privado desacelerou em 2007 em consequência das fracas colheitas, situação que se espera que inverta no biénio 2008-2009. Entretanto, as exportações líquidas contribuíram negativamente para o PIB em 2007, apesar do dinamismo das vendas ao exterior de alumínio, gás e electricidade. As colheitas agrícolas fracas e as grandes necessidades de importação para os megaprojectos e também de bens de consumo justificaram aquela evolução. A OCDE estima que esse contributo seja positivo em 2009. As exportações deverão manter um crescimento significativo, nomeadamente as exportações de minério. Todavia, o andamento desta rubrica é ainda muito incerto pois o seu desempenho depende da evolução dos preços do alumínio, e as expectativas são de redução. Acresce que se antecipa o aumento das importações, reflectindo o aumento da factura petrolífera, e maior necessidade de importação de bens de capital dada a nova vaga de megaprojectos. **Segundo o PES 2008, os projectos de grande envergadura serão responsáveis, em 2008, por 65% das exportações e 19% das importações, ambas as parcelas em declínio ligeiro face a 2007.**

Composição do PIB



Preços do alumínio no mercado internacional (US\$ por tonelada)



...O cenário oficial, a meta de inflação e o impacto da crise dos bens alimentares e energia

O cenário oficial para o crescimento não oferece qualquer comentário, pois é semelhante ao das restantes instituições mencionadas. Já relativamente à inflação, a meta de 5.7% fixada para a inflação média em 2008, é quase impossível de ser alcançada. De facto, a taxa média de inflação em 2007 situou-se em 9.2% e, em Março deste ano, já tinha aumentado para 11.2%. Dada a pressão sobre o preço dos combustíveis e bens alimentares, que não dá sinais de abrandar, antecipa-se que a inflação em Moçambique se situe entre 10% e 15% no final do ano, possivelmente mais próximo do limite superior. Pelo que todas as previsões surgem relativamente enviesadas.

Já, em inícios do mês de Julho, o Banco de Moçambique divulgou estimativas para o impacto da crise dos bens alimentares e energéticos na economia doméstica. Segundo a autoridade moçambicana, no primeiro semestre, a factura dos combustíveis praticamente duplicou,

alcançando USD 225 milhões; os preços no retalho registaram também variações significativas: o gasóleo aumentou 25.6%, a gasolina 22.8%, o petróleo de iluminação 44.8%. O impacto no Orçamento de Estado decorrente da alta dos preços do petróleo, dada a política de subsídio aos preços no retalho, estima-se em 0.7% do PIB, segundo a mesma fonte. A autoridade monetária refere ainda que o aumento dos preços dos cereais no mercado internacional teve um impacto significativo nos produtos transaccionados no mercado doméstico, destacando os casos do aumento do preço do arroz em cerca de 29%, em termos homólogos, a farinha de trigo 39.4% e o pão de trigo 30%.

...a avaliação do Fundo Monetário Internacional

O FMI, no relatório publicado em Julho deste ano, faz uma avaliação claramente positiva da situação da economia moçambicana. O Fundo refere os progressos no alcance dos objectivos macroeconómicos em 2007, designadamente o forte crescimento do PIB, a desaceleração da inflação apesar das fortes pressões domésticas, o aumento das reservas internacionais acima do programado e a apreciação da taxa de câmbio real efectiva, em linha com os fundamentos. A instituição destaca também a continuidade de reformas importantes por parte do Executivo. Os progressos na gestão das finanças públicas, as melhorias a nível do sistema tributário e do ambiente de negócios são alguns dos pontos referidos. A implementação do sistema integrado de informação a nível das finanças públicas (e-SISTAFE), a promulgação de regulamentação para os novos regimes fiscais no sector extractivo e petrolífero e a aprovação de um plano de médio prazo para a melhoria do ambiente de negócios constituem alguns dos sinais de avanço a nível das reformas estruturais.

O FMI afirma ainda que as perspectivas para 2008 são positivas dado que o crescimento se deverá manter robusto, a inflação desacelerar (ainda que menos do que o inicialmente previsto), as reservas externas deverão permanecer a um nível confortável e a política fiscal e monetária deverá continuar prudente no contexto de um regime cambial de câmbios flexíveis. As reformas estruturais vão continuar a avançar: a gestão das finanças públicas continuará a ser reforçada; o Governo deu os primeiros passos no sentido da adesão à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas; o Banco de Moçambique contribuirá para o aprofundamento dos mercados financeiros introduzindo *repos* e Bilhetes do Tesouro no mercado secundário.

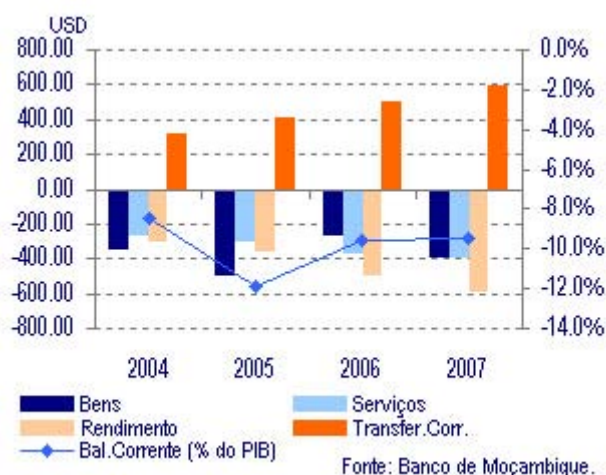
2.4 Contas Externas

O comércio externo em Moçambique continua bastante influenciado pela produção dos megaprojectos, designadamente a fundição de alumínio Mozal, o gasoduto de gás natural da Sasol e o complexo da hidroeléctrica de Cahora-Bassa. Estes projectos já atingiram um certo grau de maturidade pelo que os acréscimos de produção serão reduzidos. No entanto, outros megaprojectos, (relacionados com a produção de carvão, titânio, gás natural e electricidade), deverão continuar a estimular a produção e as exportações, ainda que subsistam preocupações quanto ao impacto realmente estruturante destes grandes empreendimentos, dado que são sobretudo mão-de-obra intensivos e pouco contribuem para absorver o excedente de mão-de-obra não qualificada.

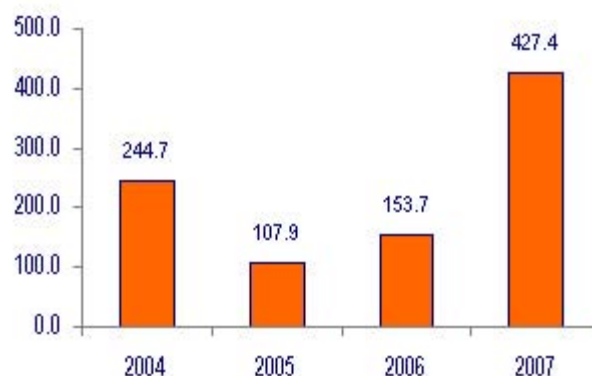
Em 2006, a estrutura da Balança de Pagamentos foi fortemente influenciada pelas operações de perdão de dívida ao abrigo do MDRI (Multilateral Debt Relieve Initiative) e pelo pagamento parcial da dívida ao Fundo Monetário Internacional. Deste modo, os valores de saldo das contas externas diferem entre as instituições consoante se considerem ou não estes fluxos: o FMI apresenta um excedente da Balança Corrente que ascende a 20.4% do PIB enquanto o Banco de Moçambique reporta um défice na ordem dos 10%, no mesmo período.

Em 2007, a posição externa tornou-se mais sólida graças às entradas de capital, que permitiram reduzir o impacto adverso do aumento da factura petrolífera e dos choques climáticos. De acordo com estimativas do Banco de Moçambique, o défice da Balança Corrente aumentou para 795 milhões de USD (9.4% do PIB), sendo os principais contributos os saldos negativos registados nas Balanças de Bens, Serviços e Rendimentos. Relativamente aos serviços, pesam sobretudo os relacionados com os sectores dos transportes, construção e outros dispersos. A Balança de Rendimentos é geradora do maior saldo negativo, com um saldo de -591 milhões de USD, reflectindo sobretudo a repatriação de lucros de IDE. Relativamente à Balança de Mercadorias, o agravamento do défice ficou a dever-se ao impacto desfavorável do período das chuvas nas colheitas agrícolas e também à escalada do preço do petróleo. Contribuindo positivamente para as contas externas, para além dos donativos contabilizados como Transferências Correntes, evidencia-se as entradas de Investimento Directo Estrangeiro, que em 2007 mais que duplicaram relativamente ao ano anterior (consultar Quadro Anexo).

Balança de Pagamentos



Entradas de IDE (Milhões USD)



Fonte: Banco de Moçambique (2006 e 2007: valores provisórios).

Como é visível graficamente, as balanças de Bens, Serviços e de Rendimento têm sido sistematicamente deficitárias, oscilando a dimensão dos desequilíbrios com a maior ou menor produção agrícola interna, muito dependente dos factores climáticos, com o preço do alumínio no mercado internacional (representou 54% das exportações em 2006) e com o estágio de evolução dos megaprojectos, que em plena produção têm impacto não só nas

importações de matérias primas e exportações de bens, como também na importação de serviços e pagamentos de rendimentos ao exterior. Minorando o elevado desequilíbrio externo, as entradas de capitais por parte de doadores contribuem com um montante que se situa em torno dos 12%-13% do PIB. **Incluindo os donativos internacionais, o défice da Balança Corrente estima-se em cerca de 6.3% do PIB em 2007, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.**

Conta de capital e financeira

	2004	2005	2006	2007	
	USD Milhões	USD Milhões	USD Milhões	USD Milhões	% do PIB
Bal. Capital	578.10	193.80	2,277.90	541.90	6.4%
Perdão da dívida	315.10	6.00	1,789.40	126.80	1.5%
Bal. Financeira	-104.90	270.80	-1,785.30	173.50	2.1%
Inv. Dir. Ext.	244.70	107.90	153.70	427.40	5.1%
Outro Inv. Passivo	-66.40	200.10	-1,771.60	443.10	5.3%
Bal. Capital e Financeira (% do PIB)	6.6%	7.3%	7.4%	8.5%	-

Fonte: Banco de Moçambique.

Balança Corrente

	2005	2006	2007 (est)	2008 (p)	2009 (p)	2010 (p)	2011 (p)
Taxa de variação anual							
Balança Comercial							
Exportações de Mercadoria	16.1%	36.4%	4.3%	0.4%	2.4%	6.3%	3.4%
excluindo megaprojectos	6.0%	41.3%	1.2%	19.6%	19.9%	21.3%	10.7%
Importações de Mercadorias	21.2%	18.1%	5.9%	13.8%	4.2%	5.1%	3.7%
excluindo megaprojectos	19.3%	8.3%	11.5%	18.5%	5.3%	5.2%	3.9%
Em % do PIB							
Balança Corrente, antes de doações	-16.8%	-15.9%	-16.4%	-20.8%	-20.2%	-18.5%	-17.3%
Balança Corrente, com doações	-9.8%	20.4% ⁽¹⁾	-6.3%	-7.6%	-7.7%	-7.3%	-4.3%
Em % das exportações							
Serviço da Dívida Externa (sector público não financeiro)	2.0%	1.2%	1.1%	0.7%	1.1%	1.7%	1.7%
Milhões de USD							
Reserva Internacionais Brutas Líquidas	1,103	1,231	1,508	1,589	1,642	1,713	1,790
Em meses de importações	4.6	4.4	5.0	4.6	4.6	4.6	4.6
Em meses de importações excluindo megaprojectos	6.8	6.5	5.7	5.8	5.8	5.9	5.9

Fonte: FMI, Country Rep. Janeiro e Julho 2008.

Nota : ⁽¹⁾ Inclui perdão de dívida (em 2006) ao abrigo de MDRI pelo FMI, AfDB e IDA.

As reservas externas deverão superar USD 1.5 mil milhões este ano, de acordo com as previsões do FMI, ou seja, cerca de 4.6 meses de importações ou 5.8 meses, se excluirmos os megaprojectos. **Relativamente ao comportamento das contas com o exterior nos próximos anos, as previsões dos diversos observadores internacionais oscilam consoante o cenário que formulam para o preço do alumínio, o preço do petróleo ou a capacidade de laboração de novos megaprojectos.** Nomeadamente, o projecto de indústria extractiva de Moma, na província nortenha de Nampula, deverá contribuir já em 2008 para as exportações com a venda ao exterior de titânio. Lembra-se que as minas de Moma (exploradas pela empresa irlandesa Kenmare Resources) terão uma capacidade de produção anual de cerca de 700.000 toneladas de ilmenite, 60.000 toneladas de zircão e 17.000 toneladas de rútilo por um período mínimo de 20 anos. Quando atingir a capacidade máxima de produção a mina deverá produzir cerca de 6% a 8% da produção mundial de minerais de titânio. A EIU estima que este empreendimento contribua com cerca de USD 97milhões para as exportações, este ano, cerca de 5.3% das exportações totais. As restantes exportações com peso mais significativo, electricidade e gás, são reguladas por contractos estabelecidos com importadores sul-africanos e são habitualmente fixadas em rands, pelo que são também afectadas pelas oscilações da cotação da moeda sul-africana face ao dólar americano.

Em 2008 e 2009 espera-se uma expansão significativa das exportações agrícolas, reflectindo os fortes investimentos que têm sido feitos na produção de tabaco e açúcar e na recuperação da produção de caju. Ainda que tenham um peso residual nas exportações totais, a evolução das exportações agrícolas é vital para a redução de pobreza, dado o impacto que tem a nível do rendimento da população rural.

2.4.1 Principais mercadorias importadas/exportadas

Principais Produtos Importados										
<i>Unidade: Milhares de USD</i>										
	1994		2000		2005		2006		I-III Trím 2007	
Automóveis	59,263	10.9%	114,384	9.8%	150,295	6.2%	208,113	7.3%	157,989	n.a.
Cereais	48,106	8.8%	52,978	4.6%	172,581	7.2%	179,540	6.3%	123,885	n.a.
Medicamentos	7,306	1.3%	9,036	0.8%	26,780	1.1%	39,265	1.4%	35,355	n.a.
Açúcar	13,199	2.4%	9,055	0.8%	9,888	0.4%	4,773	0.2%	887	n.a.
Maquinaria	138,915	25.5%	259,098	22.3%	344,520	14.3%	397,681	13.9%	303,443	n.a.
Gasóleo	35,591	6.5%	84,759	7.3%	171,389	7.1%	233,767	8.1%	187,895	n.a.
Energia eléctrica	25,038	4.6%	14,526	1.2%	79,774	3.3%	83,718	2.9%	86,354	n.a.
Gasolina	7,588	1.4%	15,172	1.3%	41,629	1.7%	54,922	1.9%	53,612	n.a.
Outros produtos	209,009	38.4%	603,270	51.9%	1,411,482	58.6%	1,667,548	58.1%	n.a.	n.a.
Total	544,015	100.0%	1,162,278	100.0%	2,408,338	100.0%	2,869,327	100.0%	949,420	n.a.

Fonte: INE Moçambique

Principais Produtos Exportados										
<i>Unidade: Milhares de USD</i>										
	1994		2000		2005		2006		I-III Trím 2007	
Amêndoa de Caju	12,468	7.6%	8,399	2.3%	5,514	0.3%	13,010	0.5%	n.a.	n.a.
Algodão	13,826	8.4%	25,495	7.0%	56,267	3.2%	45,691	1.9%	33,085	n.a.
Madeira	3,985	2.4%	14,601	4.0%	32,353	1.9%	35,593	1.5%	16,939	n.a.
Lagosta	6,486	4.0%	269	0.1%	841	0.0%	1,172	0.0%	n.a.	n.a.
Tabaco	1,041	0.6%	7,803	2.1%	43,245	2.5%	110,337	4.6%	45,188	n.a.
Milho	676	0.4%	1,621	0.4%	3,185	0.2%	5,017	0.2%	n.a.	n.a.
Açúcar	11,137	6.8%	4,323	1.2%	37,700	2.2%	71,351	3.0%	49,388	n.a.
Castanha de Caju	...	-	11,946	3.3%	17,588	1.0%	23,678	1.0%	n.a.	n.a.
Camarão	60,491	36.9%	91,458	25.1%	70,888	4.1%	86,676	3.6%	54,130	n.a.
Energia eléctrica	...	-	66,979	18.4%	141,800	8.1%	177,820	7.5%	187,535	n.a.
Gás natural	...	-	100,158	5.7%	109,606	4.6%	85,259	n.a.
Lingotes de Alumínio	...	-	60,160	16.5%	1,020,547	58.5%	1,401,315	58.9%	1,138,960	n.a.
Outros produtos	53,867	32.9%	70,907	19.5%	215,170	12.3%	299,867	12.6%	n.a.	n.a.
Total	163,977	30.1%	363,961	100.0%	1,745,256	72.5%	2,381,133	100.0%	n.a.	n.a.

Fonte: INE Moçambique

Para além da energia eléctrica e do alumínio, o tabaco, açúcar, camarão e gás constituem as principais mercadorias vendidas ao exterior. Do lado das importações, destacam-se a maquinaria, os combustíveis refinados, automóveis, cereais, energia eléctrica e medicamentos. Refira-se que as entradas e saídas de energia eléctrica estão relacionadas com a dificuldade de transporte de energia no território nacional, pelo que é necessário transportá-la via outros países, nomeadamente através da África do Sul, pesando no lado das exportações e importações.

2.4.2 Relacionamento bilateral com Portugal

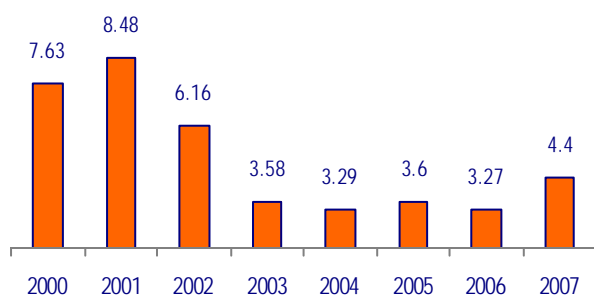
Em 2007, as trocas comerciais com Portugal intensificaram-se, sobretudo do lado das importações, que cresceram a um ritmo de cerca de 21%. Já as exportações para Portugal mantiveram a trajectória de declínio, pelo segundo ano consecutivo, tornando-se o saldo da Balança mais deficitário para Moçambique. Todavia, do ponto de vista de Portugal, o peso do país como parceiro comercial continua relativamente marginal: representa apenas 0.05% das importações nacionais e 0.24% das vendas de mercadorias ao exterior. Já do ponto de vista de Moçambique, o peso das importações com origem em Portugal aumentou em 2007, de acordo com informação ainda provisória, para cerca de 4.4%.

Balança Comercial Moçambique - Portugal

	2004	2005	2006	2007	tvh		
	Milhares de euros				04/03	05/04	06/05
Importações	54925	64685	73720	89377	18%	14%	21%
Exportações	26083	31657	28685	25674	21%	-9%	-10%
Saldo	-28842	-33028	-45035	-63703	15%	36%	41%
Cobertura	47%	49%	39%	29%	-	-	-

Fonte: GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos.

Quota de Portugal nas Importações do país (%)



Fonte: GEE, Min Economia.

Peso de Moçambique no Comércio Internacional de Portugal

	2000	2005	2006	2007
Importações	0.10%	0.06%	0.05%	0.05%
Exportações	0.26%	0.21%	0.21%	0.24%

Fonte: GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos.

Moçambique importa um leque relativamente diversificado de produtos portugueses, ao contrário das exportações, mais concentradas. Entre as rubricas que mais pesam nas aquisições estão: as máquinas, agro-alimentares, madeira, cortiça e papel, e químicos. Quanto às exportações, Moçambique exporta essencialmente peixe, crustáceos, açúcar, outros agro-alimentares e fibras (consultar Quadros Anexos).

Finalmente, destaca-se que em meados de Maio, Portugal e Moçambique assinaram um memorando de entendimento para a concessão de uma linha de crédito de 100 milhões de euros. Esta linha de crédito destina-se ao financiamento da aquisição de bens e serviços de origem portuguesa, nas áreas de infra-estruturas, energia, transportes e comunicações, bem como nos sectores da saúde, educação e formação de capital humano.

3 POLÍTICAS ECONÓMICAS - AS CONTAS PÚBLICAS, A POLÍTICA MONETÁRIA E A MOEDA

3.1 As Finanças Públicas

...A gestão das contas públicas tem vindo a melhorar, mas mantém-se a dependência dos doadores

Segundo a análise de organismos internacionais (OCDE e FMI), têm-se registado progressos significativos no reporte e na gestão da despesa pública. No entanto, pelo lado da receita, continua a verificar-se dependência dos donativos internacionais, que financiarão mais de metade da despesa pública em 2008. Cerca de metade dessa ajuda toma a forma de suporte directo ao Orçamento de Estado (OE), facto que sinaliza a confiança que os doadores continuam a depositar nas autoridades. No entanto, as questões de médio prazo prevalecem: o suporte dos doadores internacionais vai diminuir e o Governo terá de, entretanto, fortalecer a base tributável para que os impostos cobrados assumam gradualmente uma função mais importante no financiamento do OE. Neste contexto, as autoridades deverão envidar mais esforços para aumentar as receitas de impostos, em particular com origem nos megaprojectos, sendo particularmente importante aumentar a transparência fiscal dado o elevado número de investimentos e concessões que estão previstos ou em fase de análise e aprovação.

...Aumento de transparência e adesão à EITI

As autoridades estão empenhadas em implementar as novas regras tributárias relativas à indústria extractiva e à indústria petrolífera bem como na adesão à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI). O Governo moçambicano anunciou que vai oficializar em Agosto de 2008 o comité de implementação da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, um programa (EITI) que visa reforçar os mecanismos de integridade e transparência no sector. O anúncio foi feito em Maio, pelo Vice-Ministro dos Recursos Minerais, Abdul Razak, que apresentou as linhas gerais da EITI, por um lado, e as reformas institucionais e legais operadas em Moçambique com vista a melhorar a performance de gestão da receita dos recursos extractivos, nomeadamente:

- ◆ Os contratos de concessão que já contêm cláusulas anti-corrupção;
- ◆ A atribuição de concessões para as operações petrolíferas com base em concursos públicos;
- ◆ Aprovação das Leis 11/2007 e 12/2007 que actualizam a legislação tributária, especialmente a relativa às actividades mineira e petrolífera, respectivamente;
- ◆ A consignação de parte de receitas fiscais às comunidades e a obrigatoriedade de publicação das receitas fiscais petrolíferas;
- ◆ A introdução do SISTAFE, que tornou Orçamento do Estado mais abrangente e fiável;

Moçambique possui as seguintes reservas de recursos extractivos, segundo as autoridades:

- ◆ gás natural: Pande/Temane + de 5 milhões TJ
- ◆ carvão: Moatize e Mucamba-Vuzi, 6 biliões de toneladas;
- ◆ areias pesadas: Moma e Chibuto; 299 milhões de toneladas em Moma e 157 milhões de toneladas ou mais em Chibuto;
- ◆ petróleo: crude *on-shore* e *off-shore* (sem números concretos ainda).

Os princípios para a implementação da EITI, segundo as autoridades, são os seguintes:

- ◆ Arrolamento e publicação periódica das concessões mineiras e petróleo outorgadas;
- ◆ A explicitação das receitas e contabilização de todos os recebimentos pelo Estado decorrentes dos pagamentos efectuados pelas empresas com concessões de exploração mineira e petrolífera;
- ◆ A reconciliação dos dados dos balancetes contabilísticos das empresas de extracção de Recursos Minerais com os dados de recebimentos registados pelo Estado;
- ◆ Aplicação das receitas decorrentes de todos os pagamentos em conexão com concessões mineiras e petrolíferas, obedecerá as regras de preparação, elaboração, aprovação e execução do Orçamento do Estado de cada ano;
- ◆ As auditorias independentes e os mecanismos de prestação de contas observarão as mesmas regras e procedimentos seguidos na prestação de contas pela utilização de recursos do Orçamento do Estado;
- ◆ A monitorização pública (com envolvimento da sociedade civil e do sector privado), poderá ser feita via Observatório de Desenvolvimento, já instituído no âmbito da implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).

3.1.1 A Execução do Orçamento de 2007

De acordo com os valores divulgados pelas autoridades, que incluem já a estimativa de execução relativa ao primeiro trimestre de 2008, as receitas públicas (excluindo donativos) aumentaram significativamente em 2007 (+22%), reflectindo aumento da cobrança fiscal e receitas oriundas de privatizações, concessão mineira e dividendos. Entre as receitas fiscais, foram os impostos sobre o rendimento, os direitos aduaneiros e outros impostos os que maior dinamismo revelaram, tendo a receita de impostos sobre bens e serviços crescido apenas 2%.

Contas Públicas (valores em % do PIB)

	2006	2007
Receitas (excl donativos)	15.3%	15.8%
Donativos	10.2%	9.0%
Despesas	26.5%	27.4%
Despesas Correntes	14.5%	15.3%
Despesas de Investimento	10.5%	11.2%

Fonte: Banco de Moçambique.

Orçamento Geral do Estado - Despesas, Défice e Produção Total

	2006	2007	Var y/y	1T08	Var y/y
RECEITAS TOTAIS	26,997	33,058	22%	7,764	21%
RECEITAS FISCAIS	23,314	29,310	26%	7,033	16%
Imposto S/Rendimento	6,367	9,267	46%	1,929	31%
Imposto S/Bens e Serviços	13,031	13,247	2%	3,473	2%
Direitos Aduaneiros	3,284	3,782	15%	849	2%
Outros impostos	632	3,014	377%	782	140%
RECEITAS NÃO FISCAIS	3,683	3,748	2%	731	94%
DESPESAS TOTAIS	46,871	57,155	22%	14,215	34%
DESPESAS CORRENTES	25,661	31,838	24%	9,606	20%
Remuneração de Trabalhadores	12,993	16,091	24%	4,620	16%
Bens e Serviços	5,466	6,568	20%	2,226	18%
Serviço da Dívida	1,380	1,276	-8%	225	41%
Transferência de pagamentos	4,557	5,782	27%	1,982	26%
Outros	1,265	2,121	68%	553	41%
DESPESAS DE INVESTIMENTO	18,635	23,298	25%	4,462	30%
das quais financiadas localmente	6,552	9,147	40%	1,881	17%
EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS	1,634	1,641	0%	147	-41%
Receitas não alocadas(+)/despesas(-) 2/	941	378	-60%	-	-100%
DÉFICE GLOBAL ANTES DOS DONATIVOS	-19,874	-24,096	21%	-6,453	56%
Em % do PIB	-11.2%	-11.6%	-	-	-
Donativos recebidos	17,957	18,783	5%	7,295	133%
Projectos	4,360	6,409	47%	841	77%
Outros	13,597	12,374	-9%	6,454	142%
DÉFICE GLOBAL DEPOIS DOS DONATIVOS	-1,917	-5,314	177%	843	-184%
Em % do PIB	-1.1%	-2.5%	-	-	-

Fonte: Banco de Moçambique, BBPI.

Relativamente às despesas, destaque para a remuneração dos trabalhadores, que aumentou 24%, a despesa com a aquisição de bens e serviços (+20%), as transferências (+27%) e outras despesas (+68%). O serviço da dívida registou uma queda de 8% enquanto as despesas de investimento cresceram 25%. O peso dos donativos internacionais face ao PIB decresceu ligeiramente por comparação com o ano anterior, de 10.2% para 9%. Refira-se que estes são os números mais recentes relativamente à execução das contas do Estado, até ao primeiro trimestre de 2008 e diferem ligeiramente dos valores apresentados pela OCDE e FMI, englobados no quadro seguinte, com projecções até 2009.

3.1.2 O Orçamento de 2008

Em 2008, espera-se que a receita fiscal aumente 0.4% do PIB face ao ano anterior. O Orçamento de 2008 prevê ainda um aumento do

suporte dos doadores internacionais, resultante em parte da apreciação do euro e de outras divisas face ao dólar, aumentando o valor das ajudas enviadas quando denominadas em dólares. **No entanto, a médio prazo, as ajudas internacionais deverão decrescer de 14.2% do PIB em 2008 para cerca de 12% em 2010, pelo que se torna urgente a mobilização de receita fiscal adicional, compensando donativos decrescentes e também a perda de receita aduaneira devido à participação na SADEC.** As autoridades pretendem alargar a base tributária, identificando dívidas fiscais, e simplificando a legislação fiscal de forma a encorajar o cumprimento. No entanto, estas reformas tendem a ter um efeito limitado, pelo menos no curto prazo. Outras medidas incluem a racionalização dos incentivos fiscais entre os vários sectores de actividade económica, incluindo a agricultura e as zonas económicas especiais, e o fortalecimento do contributo fiscal dos megaprojectos, que têm beneficiado de consideráveis vantagens fiscais.

No lado da despesa, o Governo tenciona aumentar o investimento em sectores prioritários da educação, saúde, agricultura, infra-estruturas e governância, em particular ao nível distrital e regional. O aumento da despesa corrente, designadamente em salários, ficará a dever-se ao recrutamento de 12 mil professores e 5 mil profissionais da saúde. Deverão também continuar as iniciativas para fortalecer o controlo interno, promovendo também auditorias externas. A continuação da extensão do e-SISTAFE - informatização do sistema de gestão financeira das contas públicas - a todas as entidades públicas e mesmo aos organismos distritais, deverá também contribuir para a melhoria da gestão da despesa pública.

Finanças Públicas (em % do PIB)								
	1999	...	2004	2005	2006	2007(e)	2008(p)	2009(p)
Receita Total e Donativos	23.7		20.2	20.7	26.6	28.5	30.4	29.6
Receita de Impostos	11		11.7	12.2	13.4	13.6	14	14.1
Donativos	11.7		7.5	6.6	11	12.8	14.2	13.4
Despesa total	25.1		24.7	23	28	33.6	36.6	35.1
Despesa Corrente	12.6		14.5	14.2	14.7	15.5	16.8	16.5
Excluindo Juros	12		13.5	13.3	13.9	14.8	16	15.6
Salários	5.8		6.9	7	7.5	7.7	8.2	7.8
Bens e Serviços	3.2		3.5	3.3	3.6	4.1	4.6	4.6
Juros da Dívida	0.6		1	0.8	0.8	0.7	0.7	0.9
Despesa de Capital	11.6		9.4	8.4	12.3	15.6	17.2	16.9
Saldo Primário	-0.8		-3.5	-1.5	-0.6	-4.4	-5.4	-4.6
Saldo Global	-1.5		-4.5	-2.4	-1.4	-5.1	-6.2	-5.6

Fonte: OCDE, FMI, Ministério das Finanças e Planeamento; projecções OCDE.

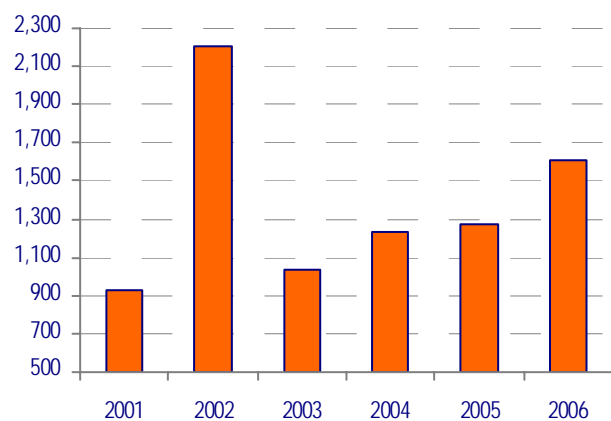
Em resultado do aumento das despesas de capital e da despesa corrente, estima-se que o défice alargue em 2009, para 6.2% do PIB.

...Os donativos

A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA - Official Development Assistance) - deverá financiar cerca de 56% da despesa pública em 2008, devendo cerca de metade dos donativos enviados, suportar directamente o orçamento. Os cerca de 19 doadores que dão ajuda directa ao orçamento de Moçambique - liderados pelo Reino Unido, Banco Mundial, Comissão Europeia e Suécia - anunciaram que este apoio directo totalizaria 435 milhões de USD, um aumento face a anteriores anúncios, causado pela depreciação do dólar face ao euro e outras moedas.

Moçambique é um dos maiores beneficiários de recursos dos doadores activos em África e o contributo das várias organizações, quer através de apoio financeiro directo quer via conhecimentos técnicos e melhoria das capacidades organizativas e de gestão,

Donativos Internacionais Líquidos (Milhões de USD)



Fonte: OCDE (African Ec. Outlook).

tem sido fundamental para os progressos alcançados: entre 1997 e 2003, três milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta, sobretudo nas áreas rurais; a mortalidade infantil baixou e as matrículas escolares aumentaram. Este progresso é visível na maior parte dos indicadores económicos e de desenvolvimento. Para além dos incluídos no quadro anexo, é de destacar a melhoria na rede de transportes, com a consequente redução do custo: as estradas classificadas em boas condições ou em condições regulares septuplicaram, passando para 70%, e as estradas intransitáveis representam actualmente apenas 5% do total, de acordo com um relatório recente do Banco Mundial.

3.2 Política Monetária e a moeda

A política monetária do banco central de Moçambique tem-se centrado principalmente no objectivo de controlo da inflação importada tendo em conta o contexto de subida generalizada dos preços de bens alimentares e energéticos a nível mundial e ainda a pressão exercida pelo forte dinamismo da economia moçambicana que têm conduzido a níveis de inflação muito acima dos cerca de 6% definidos como objectivo deste organismo. De facto, e como reportam as actas das reuniões do Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, a principal preocupação desde o início do ano tem sido a evolução da inflação, na medida em que o andamento do índice de preços no consumidor da cidade de Maputo, indicador de inflação monitorizado pelo Banco de Moçambique, atingiu em termos médios anuais 10.2% em Maio, impulsionada também pela instabilidade que se tem vivido em países vizinhos como a África do Sul e o Zimbabué.

A política monetária do Banco de Moçambique para o controlo da inflação importada passa pela realização de operações no mercado que assegurem a estabilidade da taxa de câmbio e controlem a evolução dos agregados monetários pela emissão de títulos do Tesouro. Em Janeiro de 2008 e com o objectivo de impulsionar o financiamento do investimento pelo sistema bancário e, deste modo, o crescimento, assistiu-se a uma diminuição das taxa de cedência e de depósito *overnight* no mercado interbancário; no entanto, a redução foi mais significativa na taxa de cedência de liquidez que passou de 15.5% para 14.5%, tendo este movimento conduzido à aproximação das taxas em questão. Apesar disto, a diferença entre as taxas de cedência e absorção de liquidez mantém-se elevada (4.25p.p.), reflectindo problemas estruturais no sistema financeiro de Moçambique.

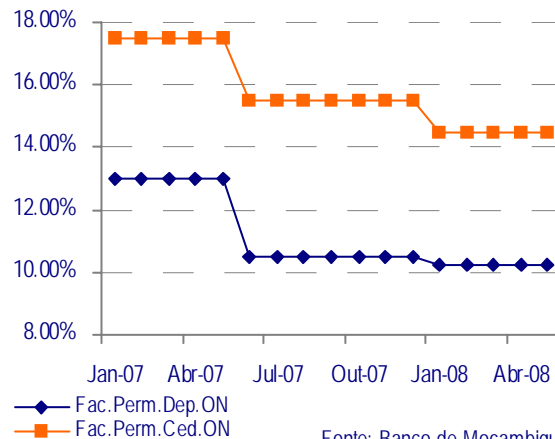
Após o movimento de Janeiro, as taxas de juro de intervenção mantiveram-se constantes nos 10.25% e 14.5%. A última reunião do Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, no início de Junho, apresenta quatro condicionantes da evolução da política monetária nos próximos meses: a manutenção da tendência de subida da inflação média anual em Abril, apesar de uma redução da inflação homóloga neste mesmo mês; a manutenção da estabilidade da taxa de câmbio do metical em Maio; a evolução da base monetária em linha com as previsões efectuadas para o primeiro semestre e, finalmente, o contexto de subida dos preços dos bens alimentares e energéticos, bem como a instabilidade vivida na África do Sul e no Zimbabué. Neste contexto, a decisão tomada pelo Comité de Política Monetária foi a de "incrementar as

Alguns Indicadores

	1990/1992	2005/2006
PIB per capita (USD)	150	310
Inflação Média (%)	39	9.7
Dívida Externa (% do PIB)	286	81
Incidência de pobreza (%)	69 (1997)	54 (2003)
Taxa bruta de inscrição no ensino primário (%)	43	71
Mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos (por 1000)	235	152
População (milhões)	16.5	20.1

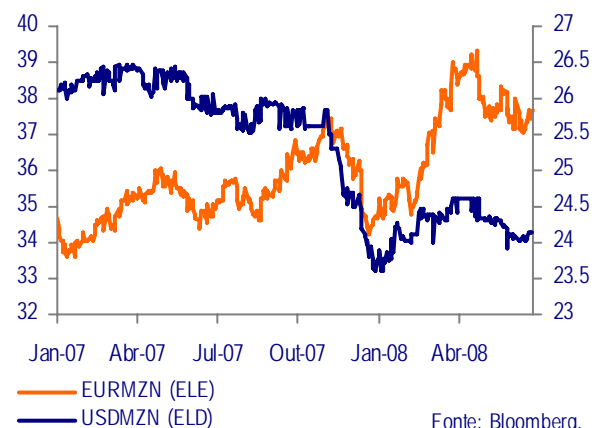
Fonte: Banco Mundial, INE, Governo de Moçambique, Banco de Moçambique, FMI.

Taxas Directoras do Banco de Moçambique



Fonte: Banco de Moçambique.

Evolução do Metical



Fonte: Bloomberg.

intervenção nos mercados interbancários de modo a assegurar um nível de liquidez na economia consentâneo com os objectivos programados de inflação, base monetária e reservas internacionais líquidas".

No que toca à emissão de Bilhetes do Tesouro, que se centram nos prazos de 91, 182 e 364 dias, prevê-se a manutenção de níveis elevados de emissões de modo a acompanhar a evolução do défice fiscal que deve continuar a aumentar nos próximos tempos, em linha com a tendência do ano passado e tendo em conta as eleições municipais marcadas para o final deste ano.

Refira-se ainda que, no passado mês de Novembro, as autoridades moçambicanas chegaram a um acordo no sentido de passar os custos com a política monetária para o Ministério das Finanças, reforçando a independência financeira do Banco central e assegurando que as decisões de política monetária não serão condicionadas por questões de índole financeira. Estes custos serão incluídos no Orçamento de 2009. As autoridades assumiram também o compromisso de introduzirem a plena convertibilidade na Balança Corrente no seguimento da nova lei do regime cambial submetida ao Parlamento em Setembro de 2007.

4 O SISTEMA FINANCEIRO E AS VARIÁVEIS MONETÁRIAS

4.1 Sistema financeiro - Desenvolvimentos recentes

O Fundo Monetário Internacional publicou, num relatório divulgado em Fevereiro de 2008, um resumo dos principais indicadores do sector bancário em Moçambique, de que se destaca, nomeadamente, a distribuição do crédito concedido por sectores que revela a duplicação do peso do sector agrícola entre 2006 e 2007, enquanto que o peso dos restantes sectores se mantém relativamente constante. Ainda segundo este relatório, os empréstimos em moeda estrangeira estão a perder peso, como sinal de maior confiança na capacidade de estabilização da política cambial, representando em 2007 apenas 30.5%, o que constitui uma redução muito significativa desde 2006, ano em que a taxa ainda se situava claramente acima dos 60%. Um outro sinal positivo para o sector é dado pela redução do peso do crédito de cobrança duvidosa no crédito total, na medida em que apesar de existir um aumento de 3.3%, em 2006, para 4.6%, em 2007, desde 2005 que estas taxas estão abaixo dos 5%, muito distantes dos níveis registadas no início da década.

No que toca ao crédito concedido a particulares, o peso do crédito à habitação manteve-se muito baixo em 2007, sendo a grande maioria do crédito a particulares canalizado para outros fins, nomeadamente, linhas de crédito relacionadas com cartões de crédito, compra de veículos ou de bens duradouros.

Indicadores do sector bancário			
	2007	2006	2001
Crédito por sectores (% no total de crédito concedido)			
Agricultura	12.3%	6.4%	18.0%
Indústria	19.6%	22.2%	25.0%
Construção	5.2%	5.6%	4.0%
Comércio	25.7%	27.4%	20.0%
Transportes e comunicações	7.2%	6.2%	7.0%
crédito a particulares - habitação	4.09	4.07	-
crédito a particulares - outros	14.3%	13.5%	-
Empréstimos em moeda estrangeira (% dos empréstimos totais)	30.5%	45.0%	64.7%
Crédito de cobrança duvidosa (% do crédito total)*	4.6%	3.3%	23.4%

Fonte: FMI

Nota: *segundo regras contabilísticas vigentes em Moçambique.

Por outro lado, a rede das instituições financeiras tem-se alargado, tendo-se registado mais 63 balcões, 57 postos de ATM e 361 POS do que, em Dezembro de 2006. No entanto, a concentração na província e cidade de Maputo mantém-se elevada com 54.6% dos balcões localizados nesta área. Para além disso, apenas 17% dos balcões se situam fora das capitais de província o que, apesar de constituir uma melhoria significativa face ao início do ano em que esta taxa era de 11.3%, revela uma fraca cobertura da rede de balcões. O alargamento da rede de instituições financeiras em Moçambique é essencial de modo a diminuir a "exclusão financeira" da população o que pode também trazer importantes ganhos de eficiência à economia.

Cobertura da rede de Instituições Financeiras em Junho de 2008

	Total	% na cidade e província de Maputo	Variação 1º semestre 2008	Total Jan-08
Balcões	291	54.6%	17	274
Balcões fora das capitais provinciais	49	-	18	31
Cooperativas de crédito	11	81.8%	0	11
Instituições de microfinanças	72	75.0%	0	72
Micro bancos	1	100.0%	0	1
ATM	431	56.4%	28	403
POS	3,645	69.6%	181	3,464

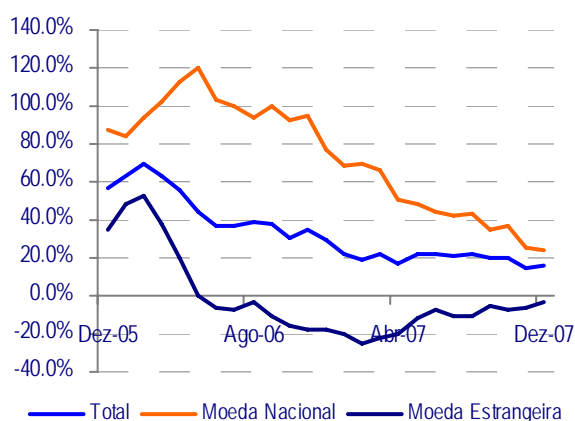
Fonte: FMI

Nota: *segundo regras contabilísticas vigentes em Moçambique.

4.2. Crédito e depósitos

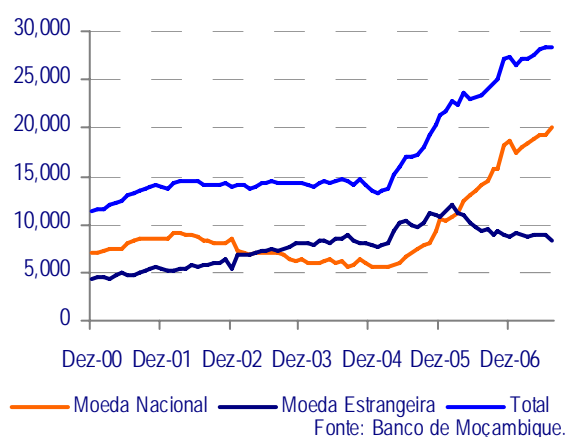
O ritmo de expansão do crédito à economia manteve uma tendência decrescente ao longo de 2007; em Dezembro, o crédito registou uma variação de 15.3% face ao período homólogo, tendo-se a variação média do ano quedado pelos 19.8%, significativamente inferior a 45.1% observados no ano anterior. O menor ritmo de expansão é, sobretudo, sentido no crédito em moeda nacional, atenuando-se o ritmo de decréscimo da concessão de crédito em moeda estrangeira. Os sectores privilegiados foram sobretudo a agricultura, turismo e transportes e comunicações, de acordo com a informação do Banco de Moçambique. No entanto, o crédito aos sectores do comércio interno e indústria continuam a representar as parcelas mais significativas.

Crédito à economia (Var y/y)



Fonte: Banco de Moçambique.

Crédito à economia (Milhões de meticaís)



Fonte: Banco de Moçambique.

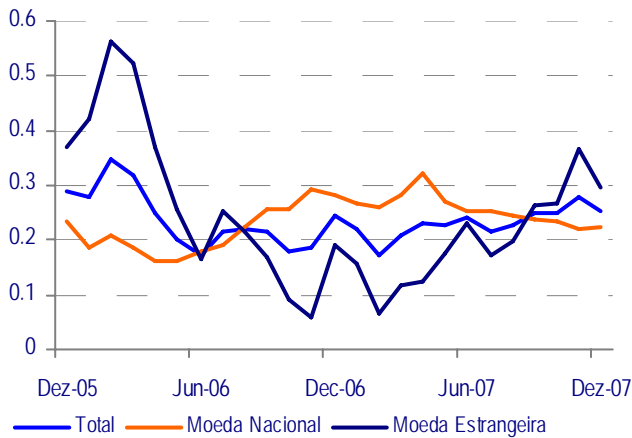
Os depósitos no sistema bancário cresceram a um ritmo semelhante ao longo dos últimos dois anos, cerca de 23.6% e 23%, respectivamente, em termos anuais médios, em 2006 e 2007. Verificou-se, no entanto, um maior dinamismo dos depósitos em moeda nacional, 25.5% anuais médios, acima de 20.6% de crescimento dos depósitos em moeda estrangeira. No entanto, ao longo do segundo semestre, os depósitos em moeda estrangeira mostraram maior dinamismo, crescendo acima de 30% em termos homólogos em Novembro e Dezembro.

Crédito por sectores, 10⁹ MTN

	2006		2007		Mar-08	
	Total	%	Total	%	Total	%
Agricultura	1,638	6%	2,809	9%	3,536	12%
Indústria	4,746	19%	4,826	16%	5,451	18%
Construção	1,444	6%	1,714	6%	1,422	5%
Indústria de Turismo	929	4%	996	3%	1,239	4%
Comércio Interno	7,020	27%	7,293	24%	7,572	25%
Transp. e comunicações	1,576	6%	3,634	12%	2,388	8%
Outros sectores	8,270	32%	8,563	29%	8,791	29%
Total	25,623	100%	29,836	100%	30,399	100%

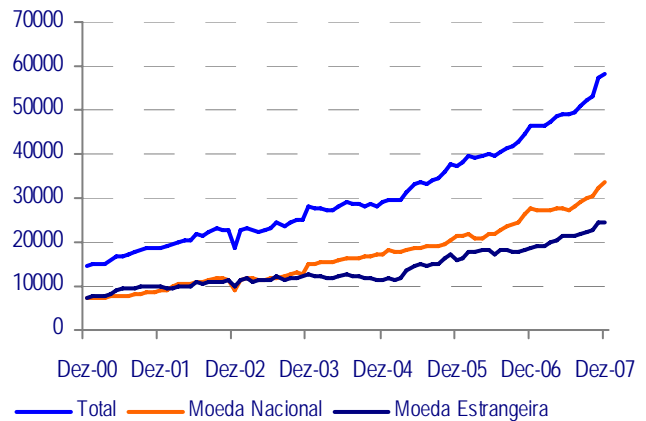
Fonte: INE, Banco de Moçambique.

Depósitos (Var y/y)



Fonte: Banco de Moçambique, BBPI.

Depósitos (Milhões de Meticais)



Fonte: Banco de Moçambique.

De destacar ainda a persistência de um diferencial significativo entre as taxas de juro activas e passivas. Apesar dos esforços das autoridades monetárias no sentido da redução das taxas de juro activas, este diferencial reflecte, entre outros, motivos de natureza estrutural: nomeadamente entraves de acesso ao financiamento por residentes, designadamente particulares e empresas, dada a dificuldade de obtenção de garantias reais devido à proibição da posse privada da terra. Os elevados *spreads* praticados, reflectem também o risco de crédito e liquidez em economias em desenvolvimento. Por outro lado, os recursos do sistema financeiro são, tipicamente, de muito curto prazo enquanto os prazos para concessão de crédito são de médio e longo prazo, favorecendo também esta situação.

Taxas de Juro Activas e Passivas

	2005	2006	2007	Mar-08
Activas				
90	20.36	24.15	21.55	21.55
180	21.48	24.53	22.06	22.06
1 Ano	19.2	23.22	21.87	21.87
Passivas				
90	6.57	9.58	10.43	10.45
180	7.61	11.23	11.55	10.86
1 Ano	8.52	12.37	11.96	11.54

Fonte: Banco de Moçambique.

5. CLIMA DE NEGÓCIOS E LIBERDADE ECONÓMICA - POSICIONAMENTO INTERNACIONAL

5.1 Doing Business 2008

O relatório Doing Business apresentado anualmente pelo Banco Mundial é uma referência importante no que toca à percepção dos investidores sobre as condições de negócio em 178 economias. Este relatório analisa 10 processos, nomeadamente: começar um negócio; adquirir licenças; empregar pessoal; registo de propriedade; obtenção de crédito; protecção dos investidores; pagamento de impostos; comércio transfronteiriço; cumprimento de contractos e encerramento do negócio.

	Moçambique		Angola	Namíbia
	2007	2008	2008	2008
Índice geral	140°	134°	167°	43°
Começar um negócio	157°	125°	173°	101°
Obter licenças	147°	147°	136°	31°
Empregar pessoal	162°	162°	172°	33°
Registo de propriedade	124°	126°	166°	128°
Obtenção de crédito	94°	97°	84°	36°
Protecção dos investidores	96°	33°	51°	64°
Pagamento de impostos	66°	72°	120°	48°
Comércio transfronteiriço	137°	140°	164°	144°
Cumprimento de contractos	141°	138°	176°	33°
Encerramento da actividade	130°	134°	138°	47°

Fonte: Doing Business 2008.

No relatório dedicado a Moçambique destaca-se a melhoria da posição do país na listagem global, passando de 140° para 134° em 2008. Em termos de comparação com outros países da África Subsariana, destaca-se o melhor resultado de Moçambique face a Angola, país que, de todas as vertentes analisadas, apenas está melhor posicionado no que toca à facilidade de obtenção de crédito, mas a uma distância ainda significativa para melhores exemplos como a Namíbia, que se situa no 43° lugar.

Este relatório destaca a existência de reformas em Moçambique que permitiram, em 2008, melhorias que se prendem com três das vertentes analisadas: o início do negócio; a protecção dos investidores e a facilidade de implementação de contractos. De facto, no que toca à abertura de um negócio deu-se uma redução muito significativa na duração do processo, que passou de 113 para 29 dias, e, por outro lado, quanto ao cumprimento dos contractos, as reformas no âmbito da eficiência da justiça em Moçambique conduziram à redução dos processos necessários, embora apenas marginalmente, de 32 para 31, tendo-se os indicadores de duração e custos mantido constantes, o que permitiu a subida de 3 lugares na listagem referente a esta vertente em 2008 (de 141° para 138°). No entanto, a principal melhoria foi obtida no campo da protecção dos investidores tendo o índice, calculado com o intuito de aferir a facilidade dos investidores de responsabilizar a gestão da empresa, subido de 4.7 para 6, o que levou à ascensão até ao 33° lugar da listagem.

Face ao relatório de 2007, em geral, não se registou a deterioração dos indicadores medidos, sendo que a queda na listagem em alguns dos critérios analisados advém do facto de outros países terem conhecido melhorias mais significativas nesses domínios. Destaca-se, pela negativa, a diminuição da taxa de recuperação do capital em casos de falência, de 15% para 13.9%, o que constitui um alargamento do fosso face à média da OCDE que se situa em 74.1%.

Apesar das reformas efectuadas, a posição na listagem do país em áreas como a contratação de pessoal (162°), em que se destaca o elevado custo de despedimento (143 semanas de salários face a uma média de 25.7 na OCDE); a obtenção de licenças (147°) e o comércio transfronteiriço (140°) em que a duração reportada para procedimentos de exportação e importação é mais que o dobro da reportada em média para países da OCDE, continuam a espelhar fortes debilidades. Estes indicadores denotam a necessidade de aprofundar as reformas, existindo ainda um longo caminho a percorrer no sentido de aproximação aos países mais competitivos da região, facto fundamental, nomeadamente, para atrair investimento estrangeiro. Neste contexto, as reformas anunciadas para os próximos dois anos no que toca à redução dos custos de inspecção e das multas aplicadas, bem como a simplificação dos processos alfandegários, entre outras, podem trazer benefícios importantes para o clima de negócios no país. Refira-se, no entanto, que os valores extremos de alguns indicadores

(custo de despedimento, por exemplo) decorrerão de um universo de observação restrito. No caso moçambicano, estes números serão influenciados por um número limitado de contratos oficiais de trabalho.

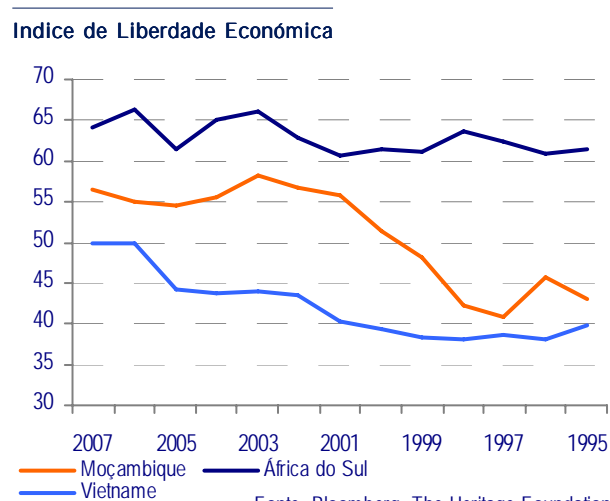
5.2 Index of Economic Freedom

O índice de Liberdade Económica é calculado pela Heritage Foundation e patrocinado pelo Wall Street Journal, e mede e ordena cerca de 161 países em todo o mundo, segundo o grau de liberdade que se observa em 10 áreas diferentes da actividade económica: comércio, fiscalidade, Governo, investimento, ambiente monetário e financeiro, Direitos de Propriedade, negócios, corrupção e nas relações laborais. À liberdade existente em cada uma destas áreas atribui uma classificação, de 0 a 100, onde 100 representa a liberdade máxima. Uma classificação de 100 significa que o país tem uma ambiente económico ou um conjunto de políticas que garantem uma maior liberdade ou autonomia económica. Estudos empíricos demonstram que a uma maior autonomia/liberdade está habitualmente associado um PIB per capita superior. Adicionalmente, o crescimento económico está também habitualmente associado a uma melhoria na classificação deste índice.

De acordo com este índice, a economia moçambicana tem um grau de liberdade de 56.6%, sendo a 96ª economia mais livre do mundo. A apreciação desta instituição melhorou apenas ligeiramente face ao ano anterior, em +0.7%, sobretudo devido à ausência de reformas significativas. No contexto da África-Subsariana, Moçambique é o 13º entre cerca de 40 países e a sua classificação é ligeiramente melhor que a média da região.

Índice de Liberdade Económica				
	2008	2005	2000	1995
Classificação Geral	56.6	56.0	52.2	45.5
Negócios	53.0	55.0	40.0	55.0
Comércio	72.8	66.2	63.0	75.0
Fiscal	78.1	80.9	69.7	60.4
Dimensão do Governo	85.2	65.7	82.7	74.8
Ambiente monetário	73.6	66.4	74.5	43.9
Liberdade de Investimento	50.0	70.0	50.0	30.0
Ambiente financeiro	50.0	50.0	50.0	30.0
Direitos de Propriedade	30.0	30.0	30.0	30.0
Ausência de Corrupção	28.0	27.0	10.0	10.0
Ambiente laboral	45.0	48.5	-	-

Fonte: Heritage Foundation, Bloomberg.



De acordo com a apreciação desta organização, Moçambique está bem posicionado no que diz respeito à dimensão do Governo, ambiente de comércio, investimento, clima do sector financeiro e monetário, áreas em que a classificação se situa em torno da média mundial. A taxa máxima de imposto dos particulares e empresas é considerada moderada e o peso da receita fiscal no PIB é baixo. A inflação é elevada mas o Governo geralmente não distorce os preços de mercado com subsídios. O desenvolvimento económico tem sido limitado pelo ambiente laboral, corrupção, direitos de propriedade e liberdade negocial. O ambiente regulador pesa na formação de empresas, existe uma elevada inflexibilidade no mercado de trabalho e a capacidade judicial, de fazer cumprir a lei, é considerada baixa. Destacamos as seguintes apreciações:

Negócios - Liberdade negocial é limitada pela apertada regulamentação, que tornam difícil abrir, operar e fechar um negócio. Abrir um negócio demora cerca de 29 dias, segundo a organização, que compara com 43 à escala global; obter uma licença demora mais de 234 dias (média global) e os custos são elevados.

Investimento - Proibida a posse privada de terra; todo o investimento de residentes ou estrangeiros tem que ser aprovado pelas autoridades; os maiores investidores têm um melhor tratamento burocrático do que os pequenos e médios projectos; o sistema judiciário é muito lento e pouco eficaz; Moçambique permite a repatriação de lucros; os residentes e não residentes podem ter contas em moeda estrangeira; os pagamentos e transferências internacionais são permitidos até certo limite, a partir do qual necessitam autorização pelo Banco de Moçambique.

Ambiente financeiro - Sistema financeiro ainda dominado pela banca, onde existe muita concentração; a supervisão deveria ser reforçada; a maior parte dos bancos concentra o crédito em grandes empresas, mas a micro-finança tem vindo a expandir-se; o sector segurador é dominado pela empresa estatal, o mercado de capitais é de reduzida dimensão e na bolsa de valores transacciona-se maioritariamente títulos de dívida pública.

Direitos de Propriedade e Corrupção - Estes são dois dos sub-índices com piores classificações, embora com melhoria gradual; reduzida protecção dos direitos de propriedade, falta de mão de obra qualificada; fraca capacidade de imposição/execução de contratos (e o recurso ao sistema judiciário não é garantido); as disputas comerciais são normalmente resolvidas na esfera privada; adicionalmente, a percepção de existência de corrupção a vários níveis é também elevada.

6. PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2008 (PES)

No PES 2008, que visa tornar operacional o Programa quinquenal do Governo 2005-2009, as autoridades definem como principais objectivos:

- ♦ O alcance de um crescimento económico de 7%;
- ♦ A contenção da taxa de inflação média anual em 5.7%;
- ♦ A obtenção de um nível de exportações na ordem dos 2632 milhões de USD, significando um crescimento de 2%;
- ♦ Atingir reservas internacionais líquidas que financiem 4.2 meses de importações de bens e serviços;
- ♦ A criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente;
- ♦ Melhorar a qualidade e quantidade dos serviços públicos de educação, saúde, água, saneamento, estradas e energia;
- ♦ Continuar com a descentralização do Orçamento de Estado para os Distritos.

No âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, destacamos os seguintes progressos reportados no PES:

1 - **Reduzir a pobreza extrema e a fome** - 70% em 1997, 54% em 2003, objectivo 45% em 2009. Destaca-se a importância dos resultados do censo populacional como forma de identificar e caracterizar a população moçambicana, facilitando o diagnóstico de necessidades ou carências. O Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF), que será realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), entre Julho de 2008 e Junho do próximo ano, será também fundamental neste contexto. Através do IOF pretende-se recolher informação relevante que permita medir as receitas e despesas dos agregados familiares e outras características sócio-económicas com vista a avaliar a evolução sócio-económica do País.

2 e 3 - **Atingir o ensino primário universal e promover a igualdade de género** - Pretende-se, até 2015, alcançar um índice de escolarização próximo de 100%. Em termos de cobertura escolar, espera-se um aumento de 11.2% de alunos em 2008 (para 4.3 milhões de alunos) e um crescimento de 4% do número de escolas (9 738 escolas).

4 - **Reduzir a mortalidade infantil** - A meta é de redução em dois terços da taxa de mortalidade infantil: de 277/1000 em 1994 para 82/1000 em 2015. Entre 1997 e 2003 registou-se também uma importante redução da taxa de mortalidade em crianças com menos de 5 anos, de 147 para 125 por mil nados vivos. Neste domínio, o Programa Alargado de Vacinação ganha particular relevo, procurando-se alcançar índices de cobertura próximos de 100% na vacinação de BCG, VAS, DTP/Anti-polio e Hepatite B.

5 - **Melhorar a saúde materna** - A meta é de redução em três quartos, até 2015, da taxa de mortalidade materna: responsável por cerca de 25% do total das doenças e por 33% dos óbitos das mulheres em idade reprodutiva. Este indicador tem tido uma tendência crescente nos últimos três anos, sendo de 214, 253 e 351 óbitos maternos por 100 mil mulheres grávidas, respectivamente em 2005, 2006 e 2007. Esta evolução é atribuída à melhoria da qualidade dos registos e à maior credibilidade do sistema nacional de saúde, aumentando o recurso da população a estas unidades. Em 2008, pretende-se que aumente para 55% a cobertura de partos em instituições.

6 - **Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças** - A meta é travar e inverter, até 2015, o processo de alastramento do HIV/SIDA, nomeadamente através de acções e campanhas junto da população; pretende-se ainda reduzir a incidência de tuberculose e sensibilizar a população para o uso de redes mosquiteiras, tratadas com insecticida, aumentando a eficácia do programa de luta contra a malária.

7 - **Garantir a sustentabilidade ambiental** - Reduzir para metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável, através da construção de fontes, poços e furos, e desenvolvendo as infra-estruturas ligadas à rede de distribuição de água.

6.1 Impacto do HIV - SIDA

A taxa de incidência do HIV/SIDA foi estimada em 16.2% da população adulta em 2004, e as autoridades moçambicanas consideram que terá havido reduzidas alterações desde então. No entanto, segundo a OCDE, as taxas de incidência regionais têm vindo a sofrer alterações: as províncias centrais, onde os índices de incidência eram mais elevados, estarão a registar um decréscimo devido à entrada da doença na fase de maturação. Em Sofala, por exemplo, terá decrescido de 26.5% em 2004 para 23% em 2007. No entanto, nas províncias a Sul, designadamente em Gaza e na província de Maputo, os índices de incidência aumentaram de 19.9 para 27% e de 20.7% para 26%,

respectivamente. Segundo um relatório oficial de Março de 2007, apenas uma pequena proporção da população infectada estará a ser tratada por retrovirais (50 mil num universo de 300 mil).

O Governo de Moçambique reconhece o impacto negativo potencialmente elevado quer ao nível demográfico, quer económico. **O aumento do número de órfãos, redução da esperança de vida, decréscimo da população em idade escolar e decréscimo do número de adultos com idade acima dos 30 anos terão efeitos muito adversos a nível sócio-económico.** Apesar de todos os esforços dos últimos anos, este desafio parece longe de estar sanado e esta dificuldade reflecte-se também nalguns indicadores sociais, designadamente na taxa de mortalidade infantil de 12%, taxa de fecundidade de 5.5 filhos por mulher e esperança de vida à nascença de 47 anos. Segundo o PES, cerca de 500 pessoas contraem novas infecções do HIV por dia em Moçambique.

Relativamente ao impacto no crescimento económico, estudos referidos no PES concluem que **esta pandemia tem um impacto negativo no crescimento do PIB per capita que oscila entre 0.3% e 1% entre 1997 e 2010, com um impacto mais forte entre 2005 e 2010.** As causas principais de redução do crescimento são: reduzida taxa de crescimento da produtividade, reduzida taxa de crescimento populacional e de capital humano; finalmente, rácio reduzido de acumulação de capital físico.

Relações Comerciais com Portugal

		Valor, em Milhares de euros		Estrutura, %			Contributo (p.p.)
		2006	2007	TVH	2006	2007	2007
Exportações							
Grupo							
	Total	28,685	25,674	-10%	100%	100%	-10.5
0	Agro-alimentares	23,578	23,721	1%	82%	92%	0.5
1	Energéticos	0	0	-	0%	0%	-
2	Químicos	51	36	-29%	0%	0%	-0.1
3	Peles, madeira, cortiça e papel	510	310	-39%	2%	1%	-0.7
4	Texteis, Vestuário e Calçado	4,312	1,063	-75%	15%	4%	-11.3
5	Minérios e Metais	92	100	9%	0%	0%	0.0
6	Máquinas	110	125	14%	0%	0%	0.1
7	Material de Transporte	0	56	-	0%	0%	-
8	Prod.Acabados diversos	33	262	694%	0%	1%	0.8
Sub-grupo (representa 99%)							
002	Peixe e crustáceos	18,395	14,911	-18.9%	64.1%	58.1%	-12.1
007	Açúcar	3,638	7,226	98.6%	12.7%	28.1%	12.5
010	Outros Agro-alimentares	1,342	1,322	-1.5%	4.7%	5.1%	-0.1
401	Fibras	4,299	1,061	-75.3%	15.0%	4.1%	-11.3
803	Outros produtos acabados	27	247	814.8%	0.1%	1.0%	0.8
003	Frutas e hortícolas	187	234	25.1%	0.7%	0.9%	0.2
302	Madeira e cortiça	355	229	-35.5%	1.2%	0.9%	-0.4
301	Peles e couros	152	78	-48.7%	0.5%	0.3%	-0.3
607	Aparelhos de som e imagem	47	65	38.3%	0.2%	0.3%	0.1
701	Veículos automóveis	0	56	-	0.0%	0.2%	-
Importações							
Grupo							
	Total	73,719	89,378	21.2%	100.0%	100.0%	21.2
0	Agro-alimentares	10,199	13,419	31.6%	13.8%	15.0%	4.4
1	Energéticos	1,464	2,395	63.6%	2.0%	2.7%	1.3
2	Químicos	10,788	11,673	8.2%	14.6%	13.1%	1.2
3	Madeira, cortiça e papel	9,185	13,473	46.7%	12.5%	15.1%	5.8
4	Peles, Couros e Texteis	1,266	1,320	4.3%	1.7%	1.5%	0.1
5	Vestuário e Calçado	1,858	2,407	29.5%	2.5%	2.7%	0.7
6	Minérios e Metais	8,342	7,498	-10.1%	11.3%	8.4%	-1.1
7	Máquinas	20,536	26,668	29.9%	27.9%	29.8%	8.3
8	Material de Transporte	3,232	1,874	-42.0%	4.4%	2.1%	-1.8
9	Prod.Acabados diversos	6,849	8,651	26.3%	9.3%	9.7%	2.4
Sub-grupo (representa 92%)							
701	Máquinas e Aparelhos Mecânicos	7,336	13,199	80%	10%	15%	8.0
304	Papel e Publicações	8,698	12,854	48%	12%	14%	5.6
704	Outros Aparelhos Eléctricos	9,296	10,251	10%	13%	11%	1.3
003	Outros Agro-Alimentares	5,820	8,127	40%	8%	9%	3.1
603	Obras de Metais	6,889	6,138	-11%	9%	7%	-1.0
903	Outros Produtos Acabados	4,050	5,892	45%	5%	7%	2.5
204	Outros Químicos	3,347	5,276	58%	5%	6%	2.6
002	Vinhos	3,591	3,859	7%	5%	4%	0.4
203	Petroquímicos	3,184	3,396	7%	4%	4%	0.3
201	Farmacêuticos	3,252	2,997	-8%	4%	3%	-0.3
901	Cerâmica e Vidro	2,207	2,567	16%	3%	3%	0.5
101	Energéticos	1,464	2,395	64%	2%	3%	1.3
702	Aparelhos de Som e Imagem	2,483	2,226	-10%	3%	2%	-0.3
801	Veículos Automóveis	3,219	1,830	-43%	4%	2%	-1.9
001	Conservas de Peixe	788	1,433	82%	1%	2%	0.9

Fonte: GEE, Ministério da Economia (Portugal).

Taxas De Juro Médias Mensais do Mercado Monetário Interbancário																		
Prazos	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	
Bilhetes do Tesouro																		
28 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
63 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
91 Dias	16.00%	16.00%	15.99%	15.84%	15.06%	14.80%	14.73%	14.69%	14.66%	14.69%	14.73%	14.75%	14.23%	13.50%	13.50%	13.50%	13.50%	13.50%
182 Dias	16.25%	16.25%	16.25%	16.06%	15.11%	14.90%	14.90%	14.90%	14.90%	14.90%	14.91%	14.95%	14.49%	13.75%	13.75%	13.75%	13.75%	13.75%
364 Dias	16.50%	16.50%	16.49%	16.25%	15.23%	15.00%	14.99%	14.99%	15.00%	14.96%	15.00%	15.04%	14.83%	14.00%	14.00%	14.00%	14.00%	14.00%
Leilão de depósito																		
1 a 7 Dias	13.15%	13.15%	13.15%	13.12%	13.10%	(b)	10.60%	10.60%	(b)	10.53%	10.76%	10.75%	10.54%	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
Permutas de Liquidez																		
1 a 7 Dias	15.98%	16.08%	16.07%	15.98%	15.69%	15.28%	14.97%	14.77%	14.53%	14.46%	14.10%	13.93%	13.50%	12.99%	12.94%	12.94%	12.92%	12.94%
8 a 15 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
16 a 30 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	15.50%	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
Acima de 30 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	17.50%	15.50%	15.50%	15.50%	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
Facilidades Permanentes:																		
Facilidade Permanente de Depósito																		
"Overnight"	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	10.50%	10.50%	10.50%	10.50%	10.50%	10.50%	10.50%	10.25%	10.25%	10.25%	10.25%	10.25%	10.25%
Facilidade Permanente de Cedência																		
"Overnight"	17.50%	17.50%	17.50%	17.50%	17.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	14.50%	14.50%	14.50%	14.50%	14.50%	14.50%
Facilidade da Última Hora																		
"Overnight"	18.50%	18.50%	18.50%	18.50%	18.50%	16.50%	16.50%	16.50%	16.50%	16.50%	16.50%	16.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%
Cedência por iniciativa do BM																		
De 1 a 7 dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
De 8 a 15 dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)

Fonte: Banco de Moçambique.

Nota: (b)- Não se realizaram operações para estes prazos.

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

BANCO BPI. S.A.

Rua Tenente Valadim, 284 4100 - 476 PORTO
Telef.: (351) 22 207 50 00 Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º 1269-067 LISBOA
Telef.:(351) 21 724 17 00 Telefax: (351) 21 353 56 94